



UNIVERSIDADE DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE DIREITO
MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
PERFIL DE DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS

“A Alteração no Contrato de Seguro”

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em
Direito na especialidade de Direito Bancário e dos Seguros

Candidato: Lic. Carlos Alberto Monteiro Pessoa

Lisboa
Abril 2017

*[...] Houve uma hora em que ele se levantou
(em meio a erudita dissertação científica).
Ia, talvez, confiar a mensagem da Europa
aos corações cativos da jovem América...
Mas apontou apenas para a vertical
E pediu ce cocasse fruit jaune”.*

Carlos Drumond de Andrade, in La Possession du Monde

*“[...] Para dar autoridade ao que dizemos, e peso ao nosso dito, citamos;
porém para sustentá-lo e nos defender, allegamos”.*

J.-I. Roquete e José da Fonseca

Dedicatória

*À Ana Cristina e ao Gonçalo, que com o seu apoio
e determinação muito ajudaram ao meu empenho
neste trabalho*

Agradecimentos

Ao Exmo. Senhor Dr. Pedro Seixas Vale, Administrador de Empresas de Seguros, Presidente da Associação Portuguesa de Seguradores e

Ao Exmo. Senhor Dr. José Morgado, Advogado, autor da LCS, artigos 39º a 42º, 49º a 61º e 119º e 120º,

a quem agradecemos os prestimosos conselhos com que nos distinguiram na elaboração do presente trabalho.

Aos Senhores Professores Doutores António Meneses Cordeiro e Maria Raquel Rey, José Alberto Vieira e Pedro de Albuquerque, e Manuel Januário da Costa Gomes que, nas cadeiras de Direito Civil I e II, Direito dos Seguros e Direito Bancário respectivamente, contribuíram para a razão de ciência que está presente nesta dissertação.

Em especial, o nosso agradecimento ao Senhor Professor Doutor José Alberto Vieira, ilustre orientador que verteu nas aulas teóricas e práticas de Direito dos Seguros a convicção e os ensinamentos que levaram à escolha do trabalho na área dos seguros e do tema em análise.

Agradecemos a ASF em particular os colaboradores da Biblioteca, nomeadamente o Sr. Dr. Armando Pinheiro Santos, pela disponibilidade, atendimento e simpatia distinguida na consulta do acervo documental relacionado com o nosso tema.

Por fim, à excelência da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através de todos os meios logísticos e académicos, que permitiu a apresentação deste texto de conclusão de Mestrado.

RESUMO:

Este trabalho versa sobre a alteração do contrato de seguro em Portugal

É um tema que não tem estado presente em teses de mestrado e de doutoramento no perfil do direito dos seguros de forma directa mas que está ligado à formação do contrato, em particular às declarações do Tomador do seguro, segurado. A alteração no contrato de seguro inicial pode revestir diversas formas, umas legais outras das partes, e devemos atender ao regime em vigor na evolução das circunstâncias no tempo. Em caso de eventos susceptíveis de reparação pecuniária por parte da empresa de seguros, urge que tenham sido cumpridas as regras que a lei impõe, e a final transmitindo um dos elementos mais importantes da actividade seguradora, que é a fidúcia.

Palavras-chave:

Contrato - Seguro - Alteração - Modificação – Declarações

Abstract

This paper deals with the amendment of the insurance contract in Portugal. It is an issue that has not been present in master and doctoral theses in the profile of insurance law directly but that is linked to the formation of the contract, in particular the initial statements by the insured policyholder.

The change to the initial insurance contract may have several reasons, a legal or other of the parties, and it is important to take into account the regime in force in the evolving circumstances of the time

It is important that in the case of events which may be compensated by the insurance undertaking, the rules laid down by law have been complied with and the final one conveying one of the most important elements of the insurance activity, which is fiduity.

Keywords:

Contract - Insurance – Amendment/Alteration - Modification - Declarations

MODO DE CITAR

O modo de citar segue a apresentação dos seguintes elementos: Autor (apelido e nome), Título, Complemento de Título, Responsabilidade secundária, Edição, Publicação (Local, Editor, Ano), Descrição Física, Série, Notas, ISBN. Nas referências seguintes do mesmo autor e da mesma obra, refere-se o Autor, *op. cit.* e nº de página.

A regra aplica-se tratando-se de manuais, monografias, comentários, artigos em publicações periódicas ou contributos para obras colectivas.

De acordo com a NP 405-1 a 4, correspondente à ISO 690 (1987), harmonizada, e homologação em Diário da República. III Série, nº 128 de 1994-06-03, e a norma APA (American Psychological Association, 2008), e ainda em conformidade com o documento *Orientações básicas para elaborar Referências Bibliográficas*, da Universidade de Lisboa, Divisão de Documentação, 2015.

Os artigos mencionados sem indicação da fonte respeitam à LCS, excepto se do contexto resultar interpretação diversa.

Este texto é escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 16 de Dezembro de 1990, e aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República nº 43/91, ambos de 23 de Agosto.

Abreviaturas

APS – Associação Portuguesa de Seguradores

ASF – Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões

CC – Código Civil

Cfr. – Conforme

CGE – Cláusulas Gerais e Especiais

CP – Condições Particulares

DL – Decreto-Lei

EIOPA – European Insurance and Occupational Pensions Authority

FCA – Financial Conduct Authority, UK

FOS – Financial Ombudsman Service

ISBN – International Standard Book Number

LCCG – Lei das Cláusulas Contratuais Gerais

LDC – Lei do Consumidor

LCS – Lei do Contrato de Seguro

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TRC - Tribunal da Relação de Coimbra

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

ÍNDICE

Epígrafe	II
Dedicatória	III
Agradecimentos	IV
Resumo, Abstract	V
Modo de citar	VI
Abreviaturas	VII
ÍNDICE	VIII
INTRODUÇÃO	
Delimitação Método e Plano	09
Capítulo I	
1. O Contrato	13
1.1. O Contrato de Seguro	13
Capítulo II	
2. As Declarações das partes	20
2.1. Os Encargos	20
2.2. As Reticências	21
2.3. Reticências dolosas e negligentes	24
2.4. As Declarações do Segurador	24
2.5. As Declarações do Tomador	28
2.6. As Declarações e o decurso do tempo	29
Capítulo III	
3. A Alteração no Contrato de Seguro	30
3.1. O regime jurídico	30
3.2. O sinistro e o agravamento do risco	38
3.3. Alteração das condições contratuais na renovação	40
3.4. Denúncia do contrato na renovação por parte do segurador	41
3.5. A apólice de seguro e o prémio do ano seguinte	44
3.6. A Alteração do seguro no direito anglo-saxónico	46
3.7. Alguma jurisprudência	54
CONCLUSÃO	58
BIBLIOGRAFIA	64

INTRODUÇÃO

Delimitação, Método e Plano

O contrato de seguro estabiliza as responsabilidades pessoais familiares e empresariais na comunidade do ser humano

Existem muitos mecanismos que contribuem para que o homem coexista em sociedade, e o dos seguros ajuda ao desenvolvimento com mais segurança, e ordem no caminho da paz social.

As populações têm necessidades perante as circunstâncias da vida, aquisição de bens, protecção financeira pessoal e familiar e empresarial, pelo é natural que o contrato de seguro continuará a impor a sua forte presença no contexto global da nossa sociedade.

A produção da actividade dos seguros na Europa, continente onde estamos localizados, representa mais de 40% em relação ao restante planeta. Vivemos na zona mais activa e por consequência mais evoluída em relação aos seguros, pelo que o nosso regime jurídico reflecte essa importância¹.

No contexto europeu as directivas sobre os seguros estão todas transpostas, e a regras mais recentes da Solvência II estão a tornar ainda mais forte o ramo do negócio.

O objecto deste trabalho é delimitado pelas circunstâncias da alteração no contrato de seguro da parte do tomador do seguro, segurado² na vigência do contrato, porque entendemos que o consumidor dos seguros em geral não tem o conhecimento adequado pondo em causa o ressarcimento dos danos do risco ou riscos que transferiu para a empresa de seguros³.

¹ Fonte: ASF Autoridade de Supervisão e Fundos de Pensões, entidade reguladora portuguesa.

² Adiante designaremos apenas de tomador.

³ Seguradora, ou segurador, ou companhia de seguros ou apenas C^a.

Este regime das vicissitudes, nas suas múltiplas vertentes é um tema que tem sido pouco estudado em dissertações de mestrado e teses de doutoramento em geral.

Não obstante, uma parte do regime jurídico remete para o risco e para as declarações na formação do contrato do seguro, e esses dois temas têm sido muito discutidos e analisados pelos estudiosos do direito dos seguros.

O trabalho demonstra que o tema em análise merece uma especial atenção das partes, em particular do tomador do seguro, pois que no momento da contratação, o segurador tem um dever especial de esclarecimento, estatuído no n.º 2 do artigo 22.º da LCS, chamando à atenção daquele para aspectos fundamentais da vida do contrato como a modificação e riscos de ruptura de garantia.

Este especial dever de informação, que tem uma imperatividade relativa decorrente do artigo 13.º, é na maioria dos casos omitido pela companhia de seguros no acto da venda ou apresentação do seguro e do serviço ao cliente, remetendo implicitamente para a leitura da apólice quando recepcionada pelo tomador do seguro, segurado.

São plúrimas as circunstâncias que no contrato de seguro podem levar à sua modificação.

Propomo-nos percorrer o regime da LCS no que tange à alteração no contrato de seguro quanto à protecção das partes aderentes. É convicção de que se trata de um tema de conhecimento mais restrito e que pode ter implicações desfavoráveis na vida dos consumidores por falta de informação adequada e suficiente.

E sendo assim é importante referir todos os aspectos relacionados com os deveres de informação e que surgem na vigência dos contratos de seguros.

Como referimos atrás, os inúmeros trabalhos académicos acerca do risco no contrato de seguro e das declarações iniciais aquando da formação do mesmo estão relacionados com o regime das alterações que podem surgir na vigência dos mesmos.

Aliás, A LCS no capítulo VIII enuncia as *Vicissitudes*⁴ que ocorrem no contrato de seguro, que a Secção I titula de *Alteração do Risco* - Artigo 91º - “Dever de informação”⁵ e que remete para informações prestadas nos termos dos artigos 18º a 24º da referida lei.

Para a investigação neste trabalho utilizámos o método dedutivo, com um procedimento de raciocínios ligados ao tema proposto, do simples para complexo e do geral para o particular, na busca da conclusão; o método histórico, com análise dos antecedentes e fundamentos da legislação actual; e finalmente o método funcionalista recorrendo à comparação e do concreto para o abstrato.

Na técnica de recolha e tratamento da informação, foi utilizada a pesquisa bibliográfica em fontes tradicionais, como sendo livros, artigos de revistas, nacionais e estrangeiras, e documentos electrónicos.

Utilizámos todo o material bibliográfico e todos os ensinamentos e trabalhos desenvolvidos pelo mestrando na parte lectiva do curso, e que estão reflectidos neste trabalho.

Na busca de respostas às questões estudadas, BERG⁶ refere o rigor da análise a efectuar, estreitamente ligada à interpretação e à reflexão, sendo o estudioso parte integrante da investigação, na posição *avec* e não de mero observador numa posição narrativa *du dehors*. Esta participação, colaboração e integração resulta da abordagem das ciências sociais em contraposição à das ciências exactas.

⁴ TORRINHA, Francisco – *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1959. Pág. 1258. “Vicissitude: mudança de cousas que se sucedem; alternativa; eventualidade; instabilidade das cousas, revés”. E ainda vi·cis·si·tu·de, *substantivo feminino*. 1. Mudança ou diversidade de coisas que se sucedem. 2. Alternativa, variação. 3. Revés. 4. Eventualidade, acaso. Palavras relacionadas: vicissitudinário, alternativa, viravolta, revés, remandiola, refluxo, vaivém, “vicissitudes”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. [Em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/vicissitudes>. [Consultado em 18-12-2016].

⁵ Decreto-Lei 72/2008 de 16 de Abril., adiante designado por LCS.

⁶ BERG, Bruce L. - *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. 5.ª ed, Boston: Pearson, 2004. ISBN 0-205-37905-2. P.196 e ss e [Em linha]. [Consult. em 13 Fevereiro 2017]. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/jaro2013/MVZ453/um/Berg_-_Qualitative_research_methods.pdf

A investigação científica social busca a descoberta e a explicação de fenómenos sociais e a construção, por outras palavras, do conhecimento científico. Este método não é perfeito e pode conduzir a diversas realidades que terão de ser equilibradas no tempo, pois que as explicações que encontramos hoje poderão ser redescobertas amanhã com uma nova apreciação. Enquadram-se no conceito de contingência das realidades científicas universais. A evolução da ciência acompanha a evolução do ser humano e do seu conhecimento e as teorias também evoluem positivamente à medida que o tempo vai passando por nós.

O trabalho está dividido em três partes.

Na primeira, abordaremos o contrato em geral e o do seguro em particular. Na segunda, percorreremos os deveres de informação das partes, como verdadeiros encargos em sentido técnico e necessários à formação e execução do contrato originário. Na terceira parte, apresentamos o regime da alteração no contrato de seguro, após o que concluiremos.

Capítulo I

1. O Contrato

1.1. O Contrato de seguro

O negócio jurídico é o instrumento ao serviço da autonomia privada, e é o acto voluntário em que a autonomia privada se projecta, na produção de efeitos jurídicos.

A autonomia privada sempre se identificou com a propriedade e com a liberdade.

O ideal liberal considerava que a vontade determinava a liberdade dos indivíduos, e deveria ser preservada de forma natural.

Kant considerava a autonomia humana como o fundamento do princípio da dignidade da pessoa humana.⁷

O contrato, enquanto instrumento de função social, articula-se com a economia. Não no contexto de mero utilitarismo das relações jurídicas, mas atendendo a uma interdisciplinaridade entre o Direito e a Economia, ambos na relação com o poder, o conhecimento e os interesses em contraposição.^{8 9}

⁷ KANT, Immanuel - *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2014. ISBN: 9789724415376. P. 79

⁸ ARAÚJO, Fernando - *Teoria económica do contrato*. Coimbra: Almedina, 2007. P.18: “[...] na visão mais ampla que é consentida pelo prisma económico, o contrato é essencialmente um facilitador da circulação de titularidades de valores e de modos de governo conjunto (ou governação) de problemas atinentes ao conhecimento, ao poder e aos interesses”.

⁹ ARAÚJO, idem, p. 14: “A análise económica do contrato pretende ser complementar da análise jurídica (...) fazendo recair uma especial atenção nos efeitos geradores de riqueza que podem associar-se àquele acordo de coordenação de condutas, efeitos que o transformam em veículo de consumação e permuta de utilidades”.

Roppo, no mesmo sentido, afirma que o território do contrato é aquele que economicamente acorda e vincula as partes e caminha para a organização social da sociedade em evolução.^{10 11}

O contrato, enquanto instrumento jurídico, reconhece a norma jurídica, e confirma a sua natureza, de situações, vínculos e interesses entre as partes, com efeitos repartidos e traduzindo um conjunto de expectativas existenciais e económicas¹².

A concretização desses factos com relevância económica e social é a substância do contrato. Neste sentido, E. Roppo:

“ [...] “reflectem sempre uma realidade exterior a si próprios, uma realidade de interesses, de relações, de situações económico-sociais, relativamente aos quais cumprem, de diversas maneiras, uma função instrumental.”¹³

A função social do contrato aponta para a interpretação do mesmo de acordo com os seus princípios, ajudando as partes a manterem um comportamento de acordo com o princípio da boa-fé, da relatividade, de que o contrato deve ser pontualmente servido.

Os princípios do direito têm de ser atendidos, para acompanharem os valores morais a justiça e a equidade¹⁴. Os valores vão determinar os princípios que por sua vez são reflectidos nas normas de direito.

¹⁰ ROPPO, Enzo - *O Contrato*. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009. ISBN 9789724036472. P. 3.

¹¹ *Ibidem*, p.7: “Contrato é um conceito jurídico: uma construção da ciência jurídica elaborada (...) com o fim de dotar a linguagem jurídica de um termo capaz de resumir uma série de princípios e regras de direito.”

¹² *Ibidem*, p.11, afirmava que “(...) o contrato é a veste jurídico-formal de operações económicas. Donde se conclui que onde não operação económica, não pode também haver contrato.”

¹³ *Ibidem*, p. 7

¹⁴ DWORKIN, Ronald - *Taking Rights Seriously*. Londres: Duckworth, 2009 [1977]. ISBN 9780674867116. P. 198 e ss

Acerca da distinção entre os princípios e as normas, veja-se Dworkin¹⁵.

Todos procuramos a realização dos nossos desejos, sonhos e determinações pessoais, devendo manter um comportamento adequado perante cada um de nós em interacção social com os outros.

Somos pessoas na exacta medida em que estamos socialmente acompanhados e respeitamos as nossas aspirações quanto as dos restantes humanos.¹⁶

O contrato de seguro é por natureza um contrato fiduciário, um negócio assente na confiança.

O negócio fiduciário possui dois tipos: a fidúcia romanística e a germanística.

Em Portugal vigora a fidúcia romanística, que implica a transmissão para o fiduciário de direito pleno e não condicionado, sem limites, do *pactum fiduciae*. O fiduciário fica com uma posição jurídica plena do que é investido; isto é, o fiduciário fica com o poder de disposição do bem.

Na fidúcia germanística, a posição jurídica do fiduciário não é plena e exclusiva, sendo antes limitada pelos elementos estruturais da *res*.

Existem dois elementos distintos, um elemento real, um direito pleno sobre a *res*, e um elemento pessoal ou obrigacional a que corresponde o vínculo obrigacional do fiduciário perante o fiduciante.

O risco do contrato fiduciário é um risco de abuso de confiança do fiduciante para com o fiduciário.

¹⁵ DWORKIN, *ibidem*, p. 198 e ss

¹⁶ CAMPOS, Diogo Leite de – *Nós, Estudos sobre o Direito das Pessoas*. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-2155-6

Todo o negócio fiduciário assenta numa *relação de especial confiança entre as partes, intuitu personae*, e pressupõe entre as partes um comportamento de lealdade, de honorabilidade e de probidade.

Podemos afirmar que o negócio fiduciário é a transmissão de direitos subjectivos para compreensão, função, ou prossecução de objectivos.

Pelo que atrás se referiu, podemos concluir que o contrato é um negócio jurídico complexo, cujos elementos de verificação traduzem a “turbulência” que pode ocorrer entre as partes, mas que seguem os princípios do instrumento do contrato.

No cumprimento dos contratos de execução continuada, e no que concerne ao devir das famílias do direito, em particular a do direito continental a que nós pertencemos, existe uma convicção de jericidade (*ius vel iuris*), de que as partes têm o dever de respeitar o princípio da boa-fé, e bem assim no tratamento de todas as anomalias existentes que limitem a sua eficácia vinculativa, desde a fase inicial e até ao último momento de execução do negócio.

Noutra perspectiva, a obrigação contratual implica uma relação de estreita colaboração entre as partes baseada na boa-fé e na equidade, e impor por razão do vínculo, uma necessidade, um vigiar recíproco de comportamentos leais, e de acordo com os princípios sociais e morais da sociedade humana.

O que referimos está na base dos deveres de lealdade e de informação, na formação do contrato, e da necessidade de um consentimento livre de vícios, e da ilicitude do aproveitamento do estado de debilidade, ausência de cláusulas abusivas, e durante a execução do contrato, a conduta do devedor tendente à satisfação do credor, e este com cooperação, facilitando o cumprimento e mantendo a lealdade durante um eventual incumprimento, e ainda em caso de dificuldade ou ruptura por alteração manifesta de circunstâncias externas à relação obrigacional.

Estas notas relativamente ao contrato em geral compaginam com o contrato de seguro em especial, e com o tema em análise – a alteração no contrato de seguro.

O princípio da boa-fé deriva dos princípios da sociedade romana tradicional: *honeste vivere, alterum non laedere, ius sum cuique tribuere*¹⁷

Por outro lado, na família do direito anglo-saxónico, existe uma doutrina legal que rege o contrato de seguro, onde a *fides uberrima* ou *uberrimae fidei*, que representa a maior boa-fé, ou a fé mais abundante, que implica das partes *declarações completas de todos os factos relevantes* – em contraste com a doutrina jurídica do *caveat emptor*, que enuncia o princípio do “deixe que o comprador se acautele”, “para ele ter cuidado”.

Estas duas doutrinas coincidem na aplicação de deveres fiduciários inerentes ao universo dos contratos dos seguros e à boa-fé.

Estes princípios foram afirmados primeiramente por Lord Mansfield, muitas vezes citado no caso *Carter vs Boehm*¹⁸.

Enuncia que a relação Segurador - Segurado é contratual, e que impõe obrigações específicas. Esta doutrina é limitada no direito inglês para a forma do contrato.

Os princípios ajudam a realizar e a harmonizar o direito, com as expectativas da comunidade alcançar a justiça e a pacificação social.

Os princípios fundamentais do direito - como o da boa-fé - ocupam um lugar intermédio entre os valores e os conceitos, e cuja importância na concretização e

¹⁷ Viver honestamente, de acordo com os princípios e padrões de conduta honesta e leal para com todos os concidadãos, não prejudicar outrem, não lesar direitos de outros concidadãos e atribuir a cada um aquilo que é seu, que o jurista romano *Ulpianus* (170-223 dC) definiu como sendo a máxima virtude do que é a “justiça”: “*iustitia este constans und perpetuas voluntas ius sum cuique tribuere*”. Estes princípios estão ainda na base dos conceitos de equidade e de proporcionalidade. [Em linha]. [Consult. em 14 de Outubro de 2016 e em 02 de Janeiro de 2017]. Disponível em: <https://www.proverbia-iuris.de/honeste-vivere-neminem-laedere-suum-cuique-tribuere/>. E também de acordo com as aulas da cadeira de Direito Romano, ministradas pelos Profs. Drs. Sebastião Cruz e Santos Justo, UCP, 1982.

¹⁸ Ref^a. (1766) 97 EL 1162 e 116

positivação no caminho do direito “[...] são de tal modo que as leis que os contrarie não poderão deixar de ser privadas de validade”¹⁹.

Acrescentamos ainda que:

“[...] valores morais como a igualdade, a confiança, o respeito pela dignidade da pessoa, não são interesses quaisquer ao lado de outros: eles são antes os elementos ordenadores do Direito privado (...) genuinamente decisivos; eles não se situam ao lado dos factos a ordenar, no mesmo plano, mas por cima deles, num plano superior”.²⁰

O princípio da boa-fé é dos princípios mais importantes, e é transversal em todos os ramos do Direito.

Este princípio influencia a totalidade das grandes famílias do direito, como a continental e a anglo-saxónica.

A boa-fé²¹ é a alma do contrato de seguro, pois as declarações do tomador do seguro vão configurar o risco a transferir, o exacto montante do custo dessa transferência, o prémio, e que por sua vez se repercute internamente no segurador e a

¹⁹ RADBRUCH, Gustav, *apud* CUNHA, P. Ferreira - Do direito natural positivo, in: *Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2002, p. 883.

²⁰ ENGISCH, Karl - *Introdução ao pensamento jurídico*. 5.ª ed. port., 1979. P. 485

²¹ *Uberrima Fides* – “En ocasiones se utiliza el genitivo *uberrimae fidei* si bien es término equivalente que significa algo así como la mayor buena fe en los términos de la Sentencia del Tribunal Supremo (Sala de lo Contencioso-Administrativo) de 23 de enero de 1981: “*Si es evidente que toda manifestación de la vida de relación tiene que inspirarse en la bona fides, en cuanto al Derecho Mercantil está caracterizado por unas notas que lo peculiarizan, como el de regular el tráfico en masa, la rapidez, etc. exige como garantía de desenvolvimiento la bona fides en grado superlativo, sublimado, esto es, una ex uberrima fides, y este presupuesto tiene su proyección indubitada a través de multitud de preceptos del Estatuto de la Propiedad Industrial de modo que constituye su esencia y sustrato*”.

Pero no solamente se proyecta en ese sector del ordenamiento jurídico, la propiedad industrial, sino en el totum del Derecho Mercantil y, en concreto en los contratos de seguro. Significa que las partes del contrato han de actuar con buena fe de manera que realicen una declaración completa de todos los hechos relativos a la propuesta de aseguramiento.” [Em linha]. [Consult. em 25 de Setembro de 2014 e em 02 de Janeiro de 2017]. Disponível em: http://guiasjuridicas.wolterskluwer.es/Content/Documento.aspx?params=H4sIAAAAAAAAEAMtMSbF1jTAAAUMTS0sDtbLUouLM_DxbIwMDCwNzI0uQQGZapUt-ckhlQaptWmJOcSoAyPv9JTUAAAA=WKE

montante do mesmo junto do mercado ressegurador, onde o risco é colocado por aquele, atendendo às declarações iniciais do segurador perante o ressegurador, consubstanciadas nas declarações iniciais do Tomador do seguro, segurado.

Em Portugal a presença do princípio está patente na codificação de 1966, e a aplicação doutrinal e jurisprudencial é continuada até aos dias de hoje.

Cita-se o Professor Moitinho de Almeida:

“ [...] O contrato de seguro é um contrato assente na boa-fé pois o segurador, quer na sua decisão de assumir os riscos, quer na determinação da contraprestação (prémio) confia no segurado, nas informações fornecidas por este na declaração inicial do risco. [...]”²²

O princípio da maior boa-fé revela-se na fase pré-contratual do seguro com os deveres da informação das partes, segurador e tomador. Os deveres de informação pré-contratual do segurador, ínsitos nos artigos 18º a 23º e da declaração inicial do risco nos artigos 24º a 26º, e são desenvolvidos de forma extensa e completa.

²² ALMEIDA, Moitinho de – *O Contrato de Seguro - Parte I*. Reimp. (Lisboa, Grémio dos Seguros, 1972). Coimbra: Coimbra, 2009. ISBN: 9789723216776. P. 27.

Capítulo II

2. As Declarações das Partes

- 2.1. Os Encargos
- 2.2. As Reticências
- 2.3. Reticências dolosas e negligentes
- 2.4. As Declarações do Segurador
- 2.5. As Declarações do Tomador
- 2.6. As Declarações e o decurso do tempo

2.1. Os Encargos (*Obliegenheiten*²³)

A relação existente entre um Cliente e uma empresa de seguros não é de simples apreciação pois existem direitos e deveres cruzados para as partes contratuais. O termo *encargo* era utilizado nos séculos XVIII e XIX e exemplificava as funções dos soberanos e oficiais superiores.

Relacionado com a actividade seguradora estes encargos seriam posições jurídicas que os tomadores/segurados teriam de exercer se quisessem beneficiar das vantagens inerentes à transferência dos riscos aceites, nomeadamente a participação de um sinistro.

O séc. XX, na Alemanha, desenvolveu situações concretas dos encargos como uma forma de tutelar o tomador do seguro.

A teoria geral dos encargos, em direito civil assumiu importância e permitiu o aprofundamento do Direito dos Seguros.

Hoje o encargo (que não é sinónimo de ónus,²⁴) é a conduta de uma das partes que permite a produção de um dado efeito que, não sendo tomada, não será ressarcido

²³ CORDEIRO, António Meneses - *Direito dos Seguros*. P 531, no sentido de incumbência, dever

²⁴ CORDEIRO, António Meneses, *ibidem*, p. 533.

pelo seu incumprimento, no que concerne a eventos relacionados consigo próprio e com a sua esfera pessoal de direitos.

A natureza destes comportamentos suscitou diversas teorias como a da pressuposição, da vinculação, do dever mitigado, do dever acessório e do encargo²⁵.

A primeira pressupõe um comportamento tendente à obtenção do direito do tomador do seguro. A segunda enuncia que se trata de um dever comum eu importa executar. A terceira traduz-se numa posição com menor força. E finalmente as duas ultimas, dever acessório que resulta na pretensão de indemnização ou cumprimento e de encargo, como tendo natureza própria.

A teoria dominante na Alemanha, no que respeita ao universo dos seguros é a teoria de pressuposição.

A nossa LCS fala em dever (artigo 24º, nº 1), mas no sentido de ser provável²⁶.

A figura do encargo é resumidamente uma “figura passiva de exercício facultativo”²⁷ para se obter um dado resultado.

2.2. As Reticências²⁸

Na LCS o segurador tem de atender aos deveres de informação e de esclarecimento²⁹, cujo incumprimento dará lugar a Responsabilidade Civil³⁰. Estes são deveres jurídicos.

²⁵ CORDEIRO, António Meneses, *ibidem*, p. 233, 314, 315, e 535.

²⁶ TORRINHA, Francisco, *ibidem* p. 414.

²⁷ CORDEIRO, António Meneses, *ibidem*, p. 536

²⁸ TORRINHA, Francisco, *ibidem*, “reticência”: omissão voluntaria de uma cousa que se devia dizer.

²⁹ LCS, artigos 22º a 28º.

³⁰ LCS, nº 1 do artigo 23º.

Violando os deveres de informação ficamos na presença do artigo 227º do Código Civil, *culpa in contrahendo*, quando o agente produz informações sobre factos que podem induzir em erro a outra parte contrária do negócio jurídico³¹.

Se o tomador do seguro incumprir os deveres de informação iniciais³² poderá ocorrer a anulabilidade³³ contratual ou ao incumprimento das obrigações do segurador³⁴ ou à não cobertura³⁵, à cessação³⁶, à cobertura parcial ou não cobertura do sinistro³⁷. E assim temos verdadeiros encargos que se inserem na relação geral do seguro entre as partes.

Esta relação complexa, que envolve prestações principais, secundárias, incumbências das partes e ainda deveres acessórios encimados pelo princípio da ubérrima boa-fé³⁸ traduzem-se na relação geral de seguro³⁹.

Esta relação, que já concluímos ser complexa, e que se traduz numa relação geral inerente ao contrato de seguro, inicia-se com as informações pré-contratuais por parte do segurador⁴⁰, as informações do tomador⁴¹ onde ocorrem deveres de informação e esclarecimento daquele e encargos deste.

Segundo o Professor Meneses Cordeiro, não é possível cortar os axiomas do dever e as consequências da sua violação⁴².

³¹ FRADA, Manuel Carneiro da – Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil. Coimbra: Almedina, 2003. P.480 e ss.

³² LCS artigo 24º

³³ LCS nº 1 do artigo 25º

³⁴ LCS nº 3 do artigo 25º

³⁵ LCS nº 3 do artigo 25º

³⁶ LCS nº 2 do artigo 26º

³⁷ LCS nº 4 do artigo 26º

³⁸ Princípio de direito, em particular do contrato de seguro, repetido ao longo deste estudo.

³⁹ CORDEIRO, António Meneses, *idem*, p. 537.

⁴⁰ Adiante designado de Cª ou empresa de seguros ou segurador

⁴¹ Adiante designado por tomador ou segurado ou contratante, sendo que tomador é a parte que liquida o prémio, e segurado é a parte sobre quem incide o risco no caso de seguro de pessoas, ou contratante no sentido de tomador ou segurado. As figuras tomador e segurado normalmente são asseguradas pela mesma pessoa, em contratos de seguro individuais e segurado em contratos de grupo.

⁴² CORDEIRO, António Meneses - *Da Boa-Fé no Direito Civil*. 2ª Reimp. (2001). Coimbra: Almedina, 1983. P. 583

As informações prestadas assim, ao abrigo do princípio da boa-fé e da confiança são o garante do caminho tendente à decisão de contratar, e por conseguinte ao consenso do negócio jurídico.

Ainda reiterando o Professor Meneses Cordeiro, agir de acordo com os princípios de respeito e de lealdade, não apenas protegendo os seus interesse mas também os interesses alheios. Não sendo assim a conduta aparentemente correcta fere a confiança da contraparte⁴³.

A doutrina quanto aos deveres de informação que antecedem o contrato apresente uma concepção tripartida: informação, lealdade e protecção⁴⁴.

A violação dos deveres de informação na Alemanha levou ao desenvolvimento deste instituto, permitindo o fim do contrato para casos diferentes do tipo objectivo do erro ou do dolo⁴⁵.

A lei das cláusulas contratuais gerais⁴⁶ também são aplicáveis no enquadramento dos contratos de seguro, devendo ter em consideração os artigos 5º e 6º no que respeita aos deveres de informação⁴⁷.

Durante toda a vigência contratual (seguros de ano e seguintes ou temporários) incorrem ainda as partes em deveres de informação adicionais, nomeadamente em

⁴³ CORDEIRO, António Meneses – A Lealdade no Direito das Sociedades. ROA, 66 (2006). P. 443 e ss.

⁴⁴ CORDEIRO, António Meneses, *idem*. Da boa Fé.... P. 582 e ss.

⁴⁵ No direito português, os vícios da vontade e a responsabilidade pré-contratual têm finalidades como a vontade de contratar e a protecção do património do lesado, compaginando os artigos 227º, 247º e 562º do CC. Os negócios que concretizem dano, podem ser reparados pela resolução.

⁴⁶ LCCG, DL n.º 446/85, de 25 de Outubro

⁴⁷ Ac. TRG de 12.07.2016. Descritores: Cláusulas contratuais gerais. Seguro de vida. Dever de informar. “1. Existe, no contrato de seguro, na modalidade de seguro de vida, um verdadeiro dever de informar o tomador do seguro, por parte da seguradora, das cláusulas de exclusão da cobertura do seguro, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei 446/85, de 25/10, dos artºs 18º a 23º do DL nº 72/2008, de 16.04 (LCS), assim como do Decreto-Lei nº 222/2009, de 11/09. 2. O não cumprimento desse dever, relativamente a uma cláusula de exclusão da cobertura do seguro, relacionada com uma das causas da morte do segurado (por cirrose hepática), determina a invalidade de tal cláusula e a sua exclusão do contrato”.

relação a alterações do risco e consequentemente vicissitudes⁴⁸ que importam registar⁴⁹ sob pena de incorrerem as partes no previsto nos artigos 18º a 26º da LCS.

Em toda a relação geral do contrato de seguro subjaz o princípio da ubérrima boa-fé, igualmente referido no artigoº 227º nº 1 do CC⁵⁰.

Neste sentido, as reticências como os incumprimentos dolosos ou imperfeitos dos deveres de informação iniciais, que a LCS cuida com detalhe aproveita a Cª.

2.3. Reticências dolosas e negligentes⁵¹

Incumprindo o dever da declaração inicial do risco, ou cumprindo imperfeitamente o tomador poderá ver aplicados os regimes que afectarão os seus direitos, em caso de dolo ou de negligência. Naquele o tomador deliberadamente actua contra a norma, e neste colide com o bem jurídico protegido de forma descuidada. Não existe a intenção de prejudicar mas acaba por ferir o regime, por ser descuidado.

2.4. As Declarações do Segurador

O enquadramento das declarações iniciais do risco vem descrito nos artigos 24º a 26º e regula a diligência da informação prestada pelo tomador. O capítulo anterior, artigo 18º a 23º regula as informações pré-contratuais que devem ser prestadas pelo segurador, estando directamente ligadas à formação e eficácia do contrato

⁴⁸ TORRINHA, Francisco - *Dicionário de Língua Portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Borreira, 1946. “Vicissitude: mudança de cousas que se sucedem; alternativa; eventualidade; instabilidade das cousas; revés”. P. 1223. E Roquete, J-I. e Fonseca, José da – *Diccionário dos Synonymos – Poético e de Ephithetos da Língua Portuguesa*. Paris: Guillard, Aillaud e Cª., 1885. Livreiros de sua Magestades o Imperador do Brazil e El-Rei de Portugal. “Vicissitude: alternativa, revés, volta, revolução, inconstância, mudança, instabilidade.

⁴⁹ LCS arts. 91 a 94º

⁵⁰ Código Civil português

⁵¹ LCS arts. 25 e 26º

Recuperando o exposto sobre o artigo 429º do código comercial em que as declarações inexactas ou as omissões por parte do tomador tornavam o contrato nulo destruindo os seus efeitos desde o início (eficácia *ex-tunc*), nomeadamente eventos conhecidos daqueles e que poderiam influir na existência e condições do mesmo.

Este regime rígido foi temperado pela necessidade de demonstração por parte da seguradora que esta não celebraria o contrato nessas condições, apresentando a causalidade adequada à arguição.

O regime vertido nos artigos referidos consolida estes princípios orientadores do anterior regime e provoca uma novação pela obrigatoriedade do tomador revelar todas as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas para a correcta apreciação do risco, mesmo que não seja directamente perguntado no questionário - base-pergunta (!).⁵²

⁵² Sobre os sistemas base-pergunta e base-resposta: o contrato forma-se quando existe perfeição entre a proposta e a aceitação, quando existe o consenso entre as partes.

Acreditamos que é possível com um sistema de base-resposta, construir os questionários mínimos aceites pelas seguradoras e resseguradoras para cada modalidade de seguro atendendo aos riscos e circunstâncias em causa e assim vincular os tomadores aos riscos seguros.

No mercado das seguradoras acreditadas em Portugal, assistimos a uma tendência de aplicação de sistema de base-pergunta que entendemos como uma possibilidade adicional por parte do segurador no sentido de melhor defender as posições jurídicas em cada caso atendendo às declarações iniciais dos riscos.

Se por um lado melhor se entende que a resposta a questionários fechados (sistema base-pergunta) o segurador ficará mais limitado com o documento em seu poder assinado pela parte, a verdade é que os canais de comercialização à distância não se compadecem com negócios formais, tendo havido a necessidade de avançar para uma formalização consensual e formalizada *a posteriori*.

Existem determinados ramos de seguros que mais proporcionam a constatação de respostas ou omissão de respostas por parte dos tomadores, como são os exemplos do ramo saúde e incidências pré-existent

Além do disposto, o consumidor não conhece a técnica de colocação do risco e a importâncias das declarações iniciais e das informações pré contratuais e do contexto de todos os aspectos jurídicos ligados ao seguro, nomeadamente a aceitação de acordo com tratados de resseguro internacionais. Todos os ramos possuem particularidades relevantes para o segurador e que podem falhar ao controlo do tomador, mesmo tratando-se de um *bonus pater familias*.

Compaginando a proliferação de meios de comercialização de seguros, de seguradores através da internet, subagentes agentes ligados (quase todos os funcionários dos bancos portugueses, atrevemo-nos a hiperbolizar), são potenciais candidatos a mediar um contrato de seguro, se verificarmos as licenças compradas pelas instituições mencionadas (e outras) à APS Associação Portuguesa de Seguradoras (mais de 4.000, só em 2013).

Estes canais de comercialização não profissionais não possuem os conhecimentos técnicos necessários a uma boa subscrição dos riscos e passagem do conhecimento do caso concreto do cliente para o segurador e ressegurador.

O regime provoca ainda uma segunda novação temperando as consequências para o tomador em caso de incumprimento negligente aquando das declarações iniciais.

Se o erro ou facto ou informação omitidos forem dolosos, a anulação do contrato pode ser declarada pelo segurador ao tomador no prazo de 3 meses a partir do conhecimento da obrigação violada. Neste caso o segurador não está obrigado a liquidar sinistros, e poderá continuar a cobrar os prémios

Se a violação for de âmbito negligente a seguradora tem opções. Ao abrigo do princípio do aproveitamento poderá alterar o contrato no prazo de catorze dias conforme artigo 26º após conhecimento do facto. Verificando-se que não seguraria o risco pode fazer cessar o contrato no citado período de três meses.

Qualquer ocorrência de sinistros durante estes períodos permite ao segurador incumprir o pagamento dos mesmos, declarando irresponsabilidade por virtude da violação e do outro caso, respondendo na exacta proporcionalidade do risco atendendo ao prémio recebido e aquele que receberia se as informações iniciais tivessem sido as correctas.

O princípio da maior boa-fé revela-se na fase pré-contratual do seguro com os deveres da informação a cargo do segurador e do Tomador do seguro, segurado, na declaração inicial do risco.

Como dizemos, os deveres de informação pré-contratual do segurador, ínsitos nos artigos 18º a 23º da LCS, são desenvolvidos de forma extensa e compreensiva.

São onze os *deveres* de informação atribuídos à empresa de seguros que o artigo 18º estatui: nome do segurador e estatuto legal, âmbito do risco a segurar, exclusões e limitação da cobertura, valor total do prémio, modalidades de pagamento e

E os candidatos a clientes não se apercebem destas technicalidades importantes ao equilíbrio dos contratos e o nº 1 do artigo 24º penaliza-os sobremaneira conforme temos vindo a analisar neste trabalho.

consequências da falta do mesmo, agravamentos ou bónus, capital mínimo legal em seguros obrigatórios, capital máximo garantido pelo segurador no período de vigência contratual, duração e renovação, regime de transmissão, como efectuar reclamações (protecção jurídica ou autoridade de supervisão⁵³), o regime em relação à ao foro legal aplicável em caso de litígio⁵⁴.

Resulta igualmente claro e transparente, da LCS, a forma de prestar estas informações pré-contratuais, conforme preceitua o artigo 21º, sendo a matéria de imperatividade relativa⁵⁵. As informações têm de ser prestadas de forma clara, por escrito, em língua materna, prévias à decisão do acordo.⁵⁶

Além destes deveres de informação, existem também os deveres especiais de esclarecimento previstos no artigo 22º da LCS, pois que a jurisprudência aponta no sentido de que o silêncio da lei reverte a favor do tomador, segurado.⁵⁷ Estes deveres especiais não operam na constatação de contratos que tenham intervenção do canal de comercialização tradicional ou para os grandes riscos.⁵⁸

O incumprimento do segurador destes deveres de informação e de esclarecimento fixa as penalizações⁵⁹, remetendo para o regime da responsabilidade civil aquiliana. Quanto aos deveres de informação objecto dos artigos 19º a 22º, o tomador pode resolver o contrato sob condições.⁶⁰

⁵³ Sendo de importância enorme dado que disciplina e baliza os exactos termos da relação contratual e dos mecanismos de protecção dos direitos do cliente consumidor perante o segurador, autodisciplinando-o.

⁵⁴ Esta estatuição é importante pois permite uma protecção da parte mais frágil, o cliente consumidor, perante a instituição financeira que até pode ter a sua sede social em outro país da União Europeia ou fora desta, (citando ainda como o exemplo recente os casos de litígios com bancos internacionais, a propósito dos contratos de “swap”, com sede no exterior, e que os tribunais portugueses declararam como válida a jurisdição portuguesa para dirimir os litígios

⁵⁵ Cfr. nº 1 do Artigo 13º.

⁵⁶ Neste momento, em Portugal, apenas uma seguradora, do nosso conhecimento e análise circunstanciada, cumpre este requisito assente no princípio da boa-fé em relação à apresentação das informações pré-contratuais por parte do segurador.

⁵⁷ CORDEIRO, António Meneses – Direito dos Seguros. Coimbra: Almedina, 2013. ISBN 978-972-40.5040-9. P. 569, nota rod. 1.154.

⁵⁸ Cfr. nº 4 artigo 22º da LCS

⁵⁹ *Idem*, artigo 23º

⁶⁰ *Idem*, nº 2 artigo 23º

2.5. As Declarações do Tomador

A exigência do princípio revela-se importante para o tomador quanto à adequação do risco a transferir para o segurador.

Este conhece bem os riscos dos diversos ramos, o desempenho dos mesmos ao longo de um determinado período de tempo com estatísticas actualizadas e precisas nas actividades mais susceptíveis de ocorrência da evolução desfavorável de incertezas⁶¹.

Todavia, é o tomador que detém o conhecimento pessoal das idiossincrasias dos casos concretos, do conhecimento da situação específica, individualizada. E nesse sentido, as duas declarações acrescidas da indicação de todos os elementos que entenda pertinentes e que deva transmitir, vão conferir à entidade aceitante um enquadramento mais preciso.

Que lhe será útil na fixação do prémio do contrato, e que lhe permitirá deter informações valiosas na sua declaração inicial do risco para com os resseguradores, na cadeia de aceitação e repartição dos riscos.

Anteriormente, estas declarações eram apelidadas de “reticências”⁶² e encontrava no anterior Código Comercial de 1888 (Veiga Beirão), no artigo 429º, a seguinte redacção:

Artigo 429.º - Nulidade do seguro por inexactidões ou omissões

Toda a declaração inexacta, assim como toda a reticência de factos ou circunstâncias conhecidas pelo segurado ou por quem fez o seguro, e que teriam podido influir sobre a existência ou condições do contrato tomam o seguro nulo.

§ único. Se da parte de quem fez as declarações tiver havido má fé o segurador terá direito ao prémio.

⁶¹ O risco é a evolução desfavorável de incertezas.

⁶² Torrinha, Francisco, *ibidem*. Reticência: omissão voluntária duma coisa que se devia dizer. P. 1022.

Estes deveres acompanham a vida do contrato de seguro no desenrolar contratual.

As partes continuam em colaboração com as suas prestações devidas, e retirando a satisfação das necessidades económicas, sociais e obrigacionais.

A vigência do contrato corresponde à formalização de todas as intenções que foram apresentadas pelas partes na fase pré-contratual, e essa assumpção vem também reflectida nas obrigações aquando da constatação do evento aleatório cujo risco foi transferido para o segurador pelo tomador, com o pagamento do prémio.

É importante referir que a possibilidade de constatação de sinistro, enquanto evento aleatório e incerto, é essencial para a existência da relação obrigacional entre o segurador e o tomador, de tal forma que encontra-se estatuído o *iter* a percorrer pelas partes se a sua verificação vier a ocorrer.

A generalidade dos seguradores possui referências claras e explícitas dos procedimentos a adoptar em caso de sinistro, v.g. nos ramos multirrisco habitação, automóvel, saúde, e restantes ramos. Nos ramos obrigatórios, esta informação tem de ser disponibilizada em formato papel, de forma clara e legível⁶³.

Em boa verdade, estes deveres de informação contratual na vigência do contrato são a continuação dos anteriormente citados deveres pré-contratuais do segurador e das declarações iniciais do tomador, pois que foram abordados na fase que antecedeu o acordo.

2.6. As declarações e o decurso do tempo

⁶³ Cf. n.ºs 1 a 4, do artigo 33.º da LSOA - Lei do Seguro Obrigatório Automóvel

Luís Poças, na sua tese de doutoramento⁶⁴, desenvolve as situações que afectam a relação obrigacional entre o segurador e o tomador, na transferência dos riscos para o segurador e nas declarações iniciais dos candidatos a clientes.

Em particular por serem contratos de trato sucessivo ou de execução continuada e o factor tempo poder desequilibrar a relação entre as partes.

Na prestação das declarações iniciais o cliente presta-as incumprindo os seus deveres de informação para com o segurador omitindo ou não declarando com exactidão as condições existentes. Na execução desse hipotético contrato de seguro não ocorrem sinistros, e quando vêm a ocorrer já o cliente que teria omitido informações alterou as condições do risco e corrige as circunstâncias de acordo com as informações inicialmente prestadas.

Colocada perante esta questão, a doutrina apresenta divergências.

Numa posição, da família do direito continental, a Suíça, o segurador tendo tido conhecimento posterior das falsas ou inexactas declarações e não tendo ocorrido nenhum sinistro naquele período, não poderá resolver o contrato de seguro⁶⁵.

Noutra posição diametralmente oposta, a maioria da doutrina portuguesa inclina-se para que o segurador, no exemplo atrás, teria suportado sem o saber um risco maior do que teria avaliado, crescendo que o prémio do risco teria sido desequilibrado e as prestações calculadas indevidamente pela empresa de seguros, e que o comportamento do agente compensaria e tenderia para a prática continuada.⁶⁶

⁶⁴ Poças, Luís – O Dever da Declaração Inicial do Risco no Contrato de Seguro. Coimbra: Almedina, 2013. (Tese de Doutoramento). ISBN 978-972-40-5226-7

⁶⁵ Poças, Luís, *idem*, p. 616, com menção ao artigo 8º nº 1 da lei suíça (SVV)

⁶⁶ Poças, Luís, *ibidem*, p. 616, apud ALMEIDA, José Carlos Moitinho, O contrato de seguro no Direito... P.80, e apud BENTO, José, Direito dos Seguros, p. 161.

Capítulo III

3. A Alteração no Contrato de Seguro

3.1. O regime jurídico

3.2. O sinistro e o agravamento do risco

3.3. Alteração das condições contratuais na renovação

3.4. Denúncia do contrato na renovação por parte do segurador

3.5. A apólice de seguro e o prémio do ano seguinte

3.6. A alteração do seguro no direito anglo-saxónico

3.7. Alguma jurisprudência

3.1. O regime jurídico

Um contrato de seguro fica perfeito com o acordo inicial, mas deve acompanhar as alterações que ocorrem com o decurso do tempo.

As informações acerca do risco ou riscos que se pretendem transferir para a empresa de seguros têm de ser transmitidas pelo tomador ou segurado ao segurador, identificando de forma clara e expressa todas as circunstâncias que conheça, compaginando o artigo 1º, conteúdo típico com a declaração inicial do risco ⁶⁷.

Pode referir-se ao risco, objecto sobre o qual incide o seguro ou às partes intervenientes no contrato: empresa de seguros e tomador do seguro (e beneficiário).

O contrato deve, no entanto, ser adequado às circunstâncias actuais, mantendo um registo de informações de alteração do risco ou riscos transferidos para a Cª.

As modificações podem ter como base uma proposta do tomador, outras relacionadas com a evolução do risco, e ainda as impostas por lei.

⁶⁷ Artigo 24º da LCS.

O contrato deve ser alterado quando as circunstâncias se alteram e têm o efeito de agravar ou diminuir os riscos cobertos pela apólice ou criar novos riscos.

Quando existe uma alteração superveniente do risco, deverão existir adequações ao contrato originário, relacionados com detalhes e informações relevantes que se modificaram com o tempo⁶⁸.

O nº 1 do artigo 91º estatui nesse sentido, colocando a atenção no continuado comportamento de boa-fé, informando das alterações que possam influir na boa gestão do risco:

“CAPÍTULO VIII – Vicissitudes - SECÇÃO I - Alteração do risco

Artigo 91.º - Dever de informação

1 — Durante a vigência do contrato, o segurador e o tomador do seguro ou o segurado devem comunicar reciprocamente as alterações do risco respeitantes ao objecto das informações prestadas nos termos dos artigos 18.º a 21.º e 24.º.”

É um dever de informação a comunicação dessas novas circunstâncias, para que o contrato se adequa à situação actual ⁶⁹, sendo peremptória a estatuição do nº 1 do artigo 91º “... o tomador do seguro ou o segurado devem comunicar...”.

O artigo 92º do citado regime estatui:

Diminuição do risco

1 — Ocorrendo uma diminuição inequívoca e duradoura do risco com reflexo nas condições do contrato, o segurador deve, a partir do momento em que tenha conhecimento das novas circunstâncias, reflecti-la no prémio do contrato.

2 — Na falta de acordo relativamente ao novo prémio, assiste ao tomador do seguro o direito de resolver o contrato.

⁶⁸ VASQUES, José – *Contrato de Seguro. Notas para uma Teoria Geral*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999. ISBN 972-32-0860-1. Pág. 273.

⁶⁹ N.º 1 do artigo 91º da LCS

Essas alterações supervenientes e repercutidas nos contratos de seguros dão origem às *actas adicionais*, que alteram a apólice inicial adequando-a e vinculando as partes.

A respeito do artigo 92º, Diminuição do Risco, a Dra. Margarida Lima Rego refere no seu trabalho⁷⁰:

“[...] Na sequência do que já se disse sobre a natureza do dever de informar, resta concluir que o tomador do seguro tem o ónus, mas não o dever jurídico, de comunicar ao segurador a ocorrência de uma diminuição do risco.⁶⁰ Se o tomador do seguro pretender fazer uso da faculdade de solicitar ao segurador uma redução do prémio, terá de comunicar-lhe a ocorrência de uma diminuição do risco. Se não o pretender, nada tem de fazer. Está na sua disponibilidade comunicar ou não essa ocorrência ao segurador. A comunicação da ocorrência de uma diminuição do risco pelo tomador do seguro, a que o preceito não chega a fazer referência, pressupondo-a, deverá qualificar-se como uma declaração negocial e não como uma declaração de ciência, tendo em conta o seu propósito de conduzir a uma redução do prémio. Já assim não será se a comunicação for feita por outrem, por exemplo um terceiro segurado, ou se o segurador tomar conhecimento da diminuição pelos seus próprios meios – será esse o caso, designadamente, se a diminuição do risco for o resultado directo de uma alteração legal [...].

Permitimo-nos discordar uma vez que o artigo 92º está inserido no capítulo das vicissitudes e existe um efectivo dever de informação perante o tomador. Este aferirá se o contrato foi objecto ou não de diminuição de risco e poderá reflectir no prémio do contrato essa diminuição. Como já dissemos anteriormente o *scoring* para a determinação dos prémios varia em função de uma formula dinâmica que contempla múltiplos factores e que é do conhecimento de um determinado segurador em função nomeadamente das suas estatísticas internas inerentes à sua carteira global e do ramo do risco, do tratado de resseguro aplicável aquele ramo.

⁷⁰ REGO, Margarida Lima – O risco e as suas vicissitudes, in REGO, Margarida Lima et al – *Temas de Direito dos Seguros – A propósito da nova lei do contrato de seguro*. Ed. ou Reimp. 2013. Coimbra: Almedina, 2013.

O tomador tem o dever de comunicar à seguradora essas alterações supervenientes, conforme o artigo 93º da LCS, num prazo de catorze dias:

“Artigo 93.º Comunicação do agravamento do risco

1 — O tomador do seguro ou o segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.

2 — No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

- a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
- b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.”

Existindo alterações, há necessidade de adaptação de condições às novas circunstâncias do risco, impondo o regime a repercussão dessas alterações com a ratificação da C^a..

Alterando o risco, por aumento ou diminuição, o segurador pode ajustar o prémio anual em função das novas condições.

Essa alteração, permite ao segurador apresentar uma nova proposta⁷¹, que terá de ser aceite pelo tomador, e inclusivamente exercer o direito de renúncia.⁷²

A C^a pode declinar o pagamento de quaisquer indemnizações se estivermos perante riscos que não teriam sido aceites se apresentados pela parte contratante, ou que

⁷¹ CORDEIRO, António Menezes - *Da boa fé no direito civil*. 6ª Reimp. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 9789724010113. P. 1108 e ss.: “Podendo ser da parte do segurador uma proposta de modificação ou resolução, e remetendo para o artigo. 437.º do CC, que impõe o princípio da aferição da boa fé, para efeitos de verificação e graduação do tipo e intensidade das alterações relevantes em caso de alteração (anormal) das circunstâncias que formaram a base da decisão de contratar”.

⁷² Cfr. alínea b) do n.º 2 do artigo 93º da LCS.

levariam a sobre prémio pelo aumento do risco, ou cujo risco diminua por alguma razão levando a um abaixamento do referido prémio.

De entre os vários princípios subjacentes à actividade seguradora, um destes é o *princípio do não-lucro*, que estipula que o prémio⁷³ deve ser a justa medida da transferência do risco, nem mais nem menos.

Outro factor que pode levar a uma alteração do risco é a variabilidade dos elementos constitutivos com que se iniciou um contrato e que terão de ser adequados, por inúmeros factores de diminuição ou de agravamento como sendo o da variação de pessoas seguras em caso de seguro de grupo, ou variação dos capitais seguráveis, ou ainda por uma maior frequência de utilização em determinada zona territorial mais propensa à ocorrência de sinistros, ou um outro qualquer factor de apreciação para o *scoring* do prémio do seguro e do necessário conhecimento da C^a.

A transmissão do contrato de seguro também é possível, podendo levar a uma alteração quer das partes quer do risco, embora não seja objeto deste estudo o capítulo da transmissão do seguro⁷⁴.

Embora a alienação de veículo seja um exemplo de alteração das partes, e cujo contrato de seguro cessa às 24 horas desse dia⁷⁵, a generalidade dos compradores e vendedores desconhecem a norma e até negociam entre si a validade do seguro até ao final do período pago, com um manifesto risco de incumprimento das obrigações contratuais da C^a em caso de acidente automóvel. Estamos na presença de uma alteração do risco e que deve ser comunicada ao segurador nos termos do artigo 91º. e a experiência revela que o procedimento é incumprido pelo mercado em geral.

⁷³ Que é igual ao capital multiplicado pela taxa aplicável ao dado risco, taxa essa que é obtida através de um *scoring* que pode englobar diversos factores como actividade, sinistralidade da actividade, zona da maior incidência do risco que compagina, existindo tratado de resseguro, a taxa de referência que o ressegurador impõe ao segurador no país para o ramo.

⁷⁴ Artigo 95º a 97º da LCS.

⁷⁵ Conforme nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei 291/2007, de 21 de Agosto.

As alterações contratuais também podem ser objecto de consideração quando estamos perante beneficiários, em seguros individuais ou em seguros de grupo.⁷⁶

Por regra, o beneficiário em caso de vida para seguros de vida ou de investimento são os próprios subscritores, os tomadores. Quanto ao tomador, também é usual ser simultaneamente o segurado e a pessoa segura.

Existem variações ao afirmado, mas falamos de uma maioria neste tipo de seguros de pessoas.

Sobre os beneficiários, estes são sempre designados pelos tomadores dos seguros, que são os titulares das obrigações principais, nomeadamente o pagamento do prémio. Os beneficiários podem ser alterados pelos tomadores a pedido expresso destes, quando não exista cláusula beneficiária credora registada.

Os beneficiários podem ter a qualificação de beneficiários aceitantes, quando estes expressamente comunicam ao segurador a aceitação da sua qualidade, não sendo possível alterar a cláusula contratual sem a autorização expressa do beneficiário aceitante.

Além deste tipo de beneficiários temos o beneficiário irrevogável, feito através de escritura notarial e registada no contrato.

Para todos os tipos de cláusulas beneficiárias mencionadas existe um regime específico de alteração contratual entre as partes que importa observar.

O cumprimento da continuidade destes deveres de informação *a posteriori* assentes no princípio da boa-fé, com transparência e lealdade, caminha no sentido da relação fiduciária estabelecida que analisámos no Capítulo I deste estudo, permitindo a adequação do risco e dos termos do contrato, que por sua vez se repercutem nos capitais, nos agravamentos ou nas diminuições dos prémios e dos riscos.

⁷⁶ LCS, artigo 199º. Com remissão para artigos 198º e 81º da mesma lei. Embora sendo uma alteração no contrato de seguro não altera o risco do mesmo e não é objecto de análise neste trabalho a não ser a referência à alteração contratual do seguro de pessoas, que origina a acta adicional.

O contrato de seguro de determinado ramo, do lado do segurador, obriga a condições de exigência económico-financeira, como o cumprimento do regime jurídico adstrito às empresas de seguros, com regras de gestão técnica e contabilísticas rigorosas.

Um desses exemplos é o pleno⁷⁷ da seguradora, que sendo facilmente atingido, leva à procura de mercados de resseguro internacional por ramos específicos, v.g. vida, grandes riscos industriais, riscos de massas: automóvel, multirriscos, e cujas instituições, por sua vez, exigem o cumprimento dos deveres de informação assentes no princípio da boa-fé.

A razão do mecanismo do resseguro⁷⁸ está centrada na necessidade de garantir a solvência dos seguradores e garantir a eficácia dos contratos, cumprindo os compromissos assumidos perante os tomadores de seguros.

O resseguro aparece, pois, como uma série sucessiva de seguros feitos sobre um seguro que permite dividir e consequentemente diluir o risco quase que infinitamente.

Falamos também das declarações iniciais do risco de resseguro, do segurador perante o ressegurador, onde podemos distinguir o resseguro total ou parcial, obrigatório ou facultativo.

No resseguro obrigatório e no facultativo, o segurador deve declarar todas as circunstâncias relativas à empresa de seguros, condições gerais das apólices, bases estatísticas e técnicas, como cláusulas uniformes de determinados tipos de ramos de seguros, e todas as circunstâncias sobre os riscos aceites em primeiro nível, repercutindo

⁷⁷ O pleno é o capital máximo (limite superior) que um Segurador pode aceitar sobre um risco determinado se pretender estar matematicamente certo de não arriscar uma perda fixada antecipadamente. De facto, uma empresa de seguros que aceite um risco de grande valor pode ver a sua tesouraria embaraçada se o sinistro ocorrer. Poderá ficar impossibilitada de fazer face aos seus compromissos se o exercício tiver sido desfavorável, isto é, se tiverem sido registados desvios consideráveis entre a frequência real e a probabilidade dos sinistros. Este Pleno (*Pleno de Retenção*) é então a importância além da qual o Segurador não pode comprometer-se, sem arriscar uma perda eventual determinada antecipadamente.

⁷⁸ O resseguro é um processo de transferência de riscos suportados por um segurador que se segura a si próprio pelo excedente do seu Pleno de Retenção, junto de uma entidade chamada Resseguradora, que se necessário, se ressegura por sua vez junto de uma outra entidade, (fenómeno também designado por retrocessão).

para o ressegurador todas as informações pré-contratuais e declarações de risco iniciais dos tomadores dos seguros, segurados.⁷⁹

No resseguro obrigatório, o início dos efeitos corresponderá ao início do contrato entre segurador e tomador, e no resseguro facultativo, só se inicia a cobertura com a aceitação do ressegurador, incluindo os riscos determinados no tratado de resseguro entre as duas instituições.

O atrás exposto ajuda a demonstrar que o equilíbrio da prestação e da contraprestação através da manutenção das informações e alterações que vão ocorrendo no devir do contrato concorre sobremaneira para a boa-fé e para a lealdade que as partes têm de demonstrar.

A sua falta implicaria um desequilíbrio entre as posições que a dada altura poderia colocar em causa a existência do contrato pela verificação desajustada do risco em função do prémio pago e de todas as variáveis já mencionadas.

3.2. O sinistro e o agravamento do risco

O artigo 94º estatui sobre o sinistro e o agravamento do risco:

Artigo 94.º Sinistro e agravamento do risco

1 - Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos no artigo anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

- a) Cobre o risco, efectuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 do artigo anterior;
- b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efectivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

⁷⁹ ALMEIDA, Moitinho de, *op. cit.* – *O Contrato de Seguro - Parte III e IV*. P. 252 e seguintes.

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2 - Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco. (Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 32-A/2008, de 13 de Junho)

O sinistro⁸⁰, conforme estatuído pela LCS corresponde à verificação total ou parcial do evento definido como cobertura pelas CGE⁸¹ da C^a.

O sinistro é o que define a razão de ser da subscrição do seguro e da transferência dos riscos do tomador para a C^a.

O tomador celebra o seguro porque a possibilidade de ocorrência de um determinado evento mencionado na apólice possa ocorrer, por exemplo um incêndio na sua residência secundária.

Esse evento, para o segurador, é designado de sinistro, que é a constatação da cobertura segura e que dará lugar à indemnização ao cliente⁸². Isto é, ao pagamento do capital mencionado na apólice para a possibilidade de concretização da ocorrência coberta pelo seguro.

A falta do dever da comunicação da alteração do risco pelas partes na vigência do contrato dá origem a consequências que caminham no sentido de um equilíbrio entre a prestação realizada e as responsabilidades das partes.

⁸⁰ Arnaldo Costa Oliveira, apud MARTINEZ, Pedro Romano, et al - *Lei do Contrato de Seguro. Anotada*. Coimbra: Almedina, 2011. P. 697.

⁸¹ AS CGE, Condições Gerais e Especiais, a par das CP, Condições Particulares compõem o que se designa por Apólice.

⁸² MARTINEZ, Pedro Romano, ibidem P. 390. Corresponde à realização da prestação do segurador da LCS.

Se a comunicação tiver sido prestada, o segurador deve cobrir o risco⁸³ desde que o tomador o tenha feito no prazo de catorze dias.

Se a comunicação não ocorrer, a C^a está obrigada a liquidar apenas a parte proporcional ao risco anteriormente registado na proporção correspondente à percentagem decorrente do risco anterior e custo e novo risco e custo. Poderemos dizer que se aplicará a regra proporcional entre o que deveria estar seguro aplicando o artigo 134º (anterior artigo 433º do código comercial).

Poderá não cobrir o risco se for provado o dolo do tomador se tiver o propósito de obter uma vantagem à custa da C^a⁸⁴.

O segurador poderá não efectuar o pagamento da prestação decorrente do sinistro se demonstrar que não segura riscos como aqueles que o tomador apresenta com a alteração verificada⁸⁵

O regime deste artigo 94º é relativamente imperativo conforme estatuído no nº 1 do artigo 13º.

3.3. Alteração das condições contratuais na renovação

A LCS não prevê um regime especial para a renovação do contrato único⁸⁶.

Em consequência, todas as alterações aquando da renovação que importem em aumento ou diminuição do prémio de seguro, alteração de coberturas franquias ou outras estão englobadas, poderão ser tratadas com base no regime da denúncia parcial do contrato.⁸⁷

⁸³ Al. a) do nº 1 do artigo 94º

⁸⁴ LCS, al. c) do nº 1 do artigo 94º.

⁸⁵ LCS nº 2 do artigo 94º.

⁸⁶ LCS, nº 3 do artigo 41º,

⁸⁷ ALVES, Francisco Luís F. Ribeiro – *Direito dos seguros. Cessação do contrato. Práticas comerciais*. 2ª ed. Rev. Act. e Ampl.. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6048-4, apud Vaz Serra e Pedro Romano Martinez, respect. Tempo da Prestação – Denúncia e Da Cessação do Contrato de Seguro, p. 73.

Vaz Serra, conforme é citado na referência anterior, sobre esta possível denúncia parcial: “... ao devedor o direito de, no caso de denúncia parcial pelo credor, denunciar toda a obrigação”. E desta forma o cliente pode não estar interessado na continuação do contrato e denunciá-lo, pelas garantias que poderão ter sido alteradas na renovação.

No mesmo sentido, concordamos que o legislador tem essa intenção no artigo 37º nº 3 da LCS ao estatuir “ [...] a apólice deve incluir, ainda, escritas em caracteres destacados e de maior dimensão do que os restantes: [...]”, até porque este tipo de formatos de texto podem limitar a formação da vontade da tomada de decisão esclarecidas da parte dos tomadores de seguro, segurados.

Sobre esta matéria o Direito dos Consumidores a nível brasileiro, europeu e nacional têm evoluído para que as decisões dos clientes cumpram as regras da transparência e que não limitem de alguma forma todos os esclarecimentos necessários, e que resultam numa maior confiança nos operadores do mercado.

3.4. Denúncia do contrato na renovação por parte do segurador

Uma vez por ano na data-aniversário do contrato⁸⁸ o segurador renova o contrato e emite uma Acta adicional ao mesmo, que é aceite pelo cliente. Este procedimento traduz-se numa nova proposta, em que o custo do seguro pode ser ligeiramente adequado, com um valor inferior ou superior ao do contrato inicial.

⁸⁸ Por referência à data em que o seguro iniciou em determinado ano. Existem seguradoras no mercado que têm um procedimento se o seguro inicia a um dado dia do mês, por exemplo 15 de março 2017, e por causa dos sistemas informáticos, o seguro renovará no ano seguinte no primeiro dia do mês inicial, neste exemplo 01 de março de 2018. Isto implica que no ano inicial, o seguro vigorará pelo prazo de 365 dias deduzido do dia de início até aos dias que restam para o final do mês. No primeiro ano os clientes pagam um prémio ligeiramente inferior aos prémios seguintes de renovação. Este procedimento, de ordem técnica informática, não nos parece que possam ser circunscritos ao regime que estamos a analisar da denúncia e proposta de modificação uma vez que não se trata de um preço diferente do acordado mas sim de um número de dias de cobertura inferior ao anual. Acresce ainda que o cliente tem sempre a faculdade de avançar o contrato uns dias até ao início do mês seguinte, e que nessa opção liquida sempre um valor superior a 365 dias. Por regra, no primeiro ano, os clientes optam pelo prémio ligeiramente inferior e pela cobertura inferior ao período de um ano. Neste domínio, veja-se o artigo 41º da LCS, que aparentemente colide com o exposto.

Pinto Monteiro enquadra esta situação como uma denúncia e proposta modificação do contrato⁸⁹ uma vez que se for aceite manterá o mesmo número de apólice.⁹⁰

Acrescentamos que os deveres de informação pré-contratuais do artigo 23º n.ºs 2 e 3 também são válidos para a aceitação destas propostas de renovação.

O mercado em geral em Portugal, e por esse mundo fora, está a caminhar no sentido do mundo digital.

Todos os procedimentos passam-se por e-mail e por mecanismos virtuais (informáticos).

Veja-se o pagamento dos prémios de seguros (e não só dos seguros como também de contratos de prestação de serviços utilitários, v.g. electricidade, água, gás, e outras actividades, pelo SDD-SEPA – Sistema Debito Directo SEPA, que foi objecto de normalização europeia no ano de 2016, e de alteração de condições de protecção dos consumidores conforme o Caderno dos Débitos Directos do BdP⁹¹, nomeadamente o período directo de aceitação ou não dos débitos directos, que passou de quatro semanas para oito semanas, mediante mera declaração de não aceitação junto da entidade bancária. Findo o prazo destas oito semanas, o consumidor dispõe ainda de um período de treze meses, devendo fundamentar junto da sua instituição a não aceitação dos débitos.

As empresas de seguros estão rapidamente a mudar os sistemas de informação e de comunicação com os clientes, pretendendo que tudo se passe pelo mundo virtual: envio de documentos, actas, cartas verdes, recibos de prémios, por e-mails, criando e

⁸⁹, MONTEIRO, António Pinto – *Sobre o Direito do Consumidor em Portugal*. Estudos de Direito do Consumidor, n.º 4. Coimbra: Centro de Direito do Consumo. 2002. P. 125, *apud*, ALVES, Francisco Luís F. Ribeiro

⁹⁰ Esta situação não é percebida de forma transparente por parte dos clientes. Na renovação, estes recebem um aviso de pagamento que pode ter um prémio ligeiramente superior e não entendem que estamos perante uma denúncia e nova proposta.

⁹¹ Banco de Portugal

gerindo plataformas de e-cliente, onde estes podem aceder a toda a sua informação junto do segurador por via informática.

E com todos estes procedimentos, muito dos direitos dos consumidores passam a estar diluídos na difícil percepção da utilização destes meios de comunicação virtuais, na aceleração do dia-a-dia dos cidadãos, e no deixar de exercer os direitos de renúncia, por exemplo os trinta dias a que se refere o artigo 23º da LCS.

Não se pretende, com o afirmado, dizer que se pretere o direito do cliente. Pretende-se chamar à atenção para a elevada sofisticação dos mecanismos de comunicação e de controlo dessa comunicação, atendendo à velocidade da sociedade actual.

Quando compaginado com a lei em vigor, os hábitos recentes do consumidor em geral, os avanços tecnológicos e os direitos do regime jurídico em vigor, verifica-se a dificuldade de ser apreendido e exercido em pleno o direito do cliente.

Não obstante, a verdade é que se entrecruzam nos diversos regimes o direito de denúncia dos contratos por incumprimento de declarações pré-contratuais por parte das empresas de seguros.

A LDC⁹² no artigo 9º nº 4 estatui que o cliente não fic obrigado ao pagamento de bens e serviços dos quais não tenha sido previamente informado e ter prestado o seu consentimento.

O futuro da informática e do mundo virtual não pode nem deve ser combatido, pois os benefícios ultrapassam largamente os prejuízos, e os grupos multinacionais financeiros estudam em profundidade os mecanismos e as tendências dos seres humanos híbridos e millennials⁹³.

⁹² Lei do Consumidor, Lei nº 24/96 de 31 de Julho

⁹³ *Híbridos e Millennials*, aqueles, os seres humanos ligados esporadicamente à internet e estes os que estão sempre conectados, vinte e quatro horas diárias.

O grande foco a nível internacional e já nacional, é como chegar aos jovens, *millennials*, que representam o futuro, a continuidade da actividade seguradora ao nível de clientes individuais.

As seguradoras do *benchmarking* nacional implementam o recurso e ligação às novas tecnologias, aos novos instrumentos de comunicação global em rede como o *facebook*, o *twitter*, e todos os restantes.

Apresentam os seus produtos, os seus agentes interagem com a marca e com as regras impostas pelos seguradores, e pretendem chegar ao maior número possível de candidatos a clientes acompanhando a tendência e a presença dos seus associados no território global que é a internet.

3.5. A apólice de seguro e o prémio do ano seguinte

Nos nossos dias, continuamos a preferir uma prestação de serviços profissional, mas o custo do serviço, que sempre foi importante, tornou-se ainda mais notado e levado em conta.

É vulgar o cliente preferir, mesmo comprometendo a qualidade da prestação do serviço, uma proposta mais competitiva e económica do que outra aparentemente mais profissional mas com preço superior.

Além desta selecção acentuada no presente, o prémio do seguro também se revela importante no momento da contratação do seguro e no momento da renovação do mesmo.

O artigo 18º alínea d) da LCS estatui: “[...] cabe ao segurador prestar todos os esclarecimentos exigíveis e informar o tomador do seguro das condições do contrato, nomeadamente⁹⁴: h) Do valor do prémio, ou, não sendo possível, do seu método de

⁹⁴ Alíneas meramente exemplificativas e que não se esgotam naquelas que são aqui enumeradas.

cálculo, assim como das modalidades de pagamento do prémio e das consequências da falta de pagamento;”.

O artigo 37º alínea h) da mesma lei estatui que o segurador deve mencionar o prémio ou a formula de cálculo, no clausulado das CP da apólice de seguro.

Sendo que na renovação anual da apólice o prémio aumente, é necessário a aceitação do cliente para a proposta em curso.

Neste enquadramento, estão ainda relacionados os artigos 60º e 202º da LCS, sobre o prémio do seguro, e cuja observância é imperativa.

Se não forem cumpridas as regras, o contrato renova-se nas exactas condições do ano anterior, nomeadamente no que concerne ao prémio.

Ora aqui recordamos que com o incremento das tecnologias de informação e das novas tendências da sociedade global, a generalidade dos contratos de seguros são pagos com recurso ao SDD-SEPA – Sistema de Débitos Directos.

E não é exagerado dizer-se que com a busca de sinergias de poupanças, os seguradores cobram os prémios mesmo sem terem sido enviados os avisos de pagamento aos clientes.

Assumem os seguradores⁹⁵ que, com a cobrança dos prémios através de débitos das contas (que fomentam com a aplicação de descontos sobre os prémios comerciais entre os cinco e os oito por cento), e ao abrigo do principio da desmaterialização documental, os clientes aceitam as condições de renovação.

Existem ainda seguradores que cobram os prémios quinze dias antes do vencimento (data aniversário do contrato), aplicando o mesmo princípio da aceitação de renovação pela existência da cobrança.

⁹⁵ Os exemplos estão contidos dentro do benchmarking português de seguradores, nomeadamente segundo e terceiro lugares do ranking nacional.

Os procedimentos de cobrança elencados, parece-nos expeditos e revelam que não estará a ser cumprido o regime jurídico em vigor⁹⁶.

3.6. A Alteração do seguro no direito anglo-saxónico

No regime jurídico da família da *Common Law*, no que respeita ao seguro de propriedades⁹⁷, as principais alterações e relacionadas com o risco transferido respeitam a remoção de propriedade, alteração de interesse, alteração de morada, alteração de interesse seguro, mudança de ocupação, outras circunstâncias e negligência dos deveres de protecção por parte do Tomador do seguro, segurado.

No que concerne à remoção de propriedade o facto poderá ser encarado não tanto como uma alteração, mas como um incumprimento dos deveres de informação, nomeadamente da informação da saída do recheio seguro das instalações onde estariam depositadas. Existem diversos casos julgados que têm este entendimento, como por exemplo *Barnett and Block v. National Parcels Co Ltd.*, e *Leo. Rapp Ltd. V. McClure*⁹⁸.

Sobre a alteração de propriedade segura, as apólices aplicam-se a itens seguros.

Se estes forem alterados e não discriminados mediante informação do Tomador do seguro, segurado, deixará de existir cobertura uma vez que deixou de existir o interesse na propriedade alterada⁹⁹.

Quanto à alteração do interesse é vulgar a apólice mencionar uma cláusula adicional proibindo o Tomador do seguro, segurado de alterar o interesse atribuindo uma factura de venda da propriedade a outras pessoas sobre a propriedade segura¹⁰⁰.

⁹⁶ Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 5º do DL n.º 122/2005, de 29 de Julho

⁹⁷ IVAMY, E.R. Hardy – *Personal Accident Life and Other Insurances*. 2ª Ed. Londres: Butterworths, 1980. Butterworths Insurance Library. ISBN 0406 25291 2. P. 153.

⁹⁸ IVAMY, E.R. Hardy, *Ibidem*, p. 154.

⁹⁹ Em Portugal, apesar do sistema de seguros de património, conteúdos, recheio, em vigor permitir a identificação de objectos seguros por áreas de cobertura, como por exemplo, um capital para mobiliário, maquinaria, roupas, e outras rubricas, podendo algumas serem substituídas por outras, a verdade é que convém existir uma listagem de material com identificação e prova de aquisição (facturas) para que se afaste a possibilidade de recusa de pagamento de sinistro por parte do segurador.

Quanto à mudança de ocupação, é vulgar existir uma cláusula em que as instalações seguras não deverão estar nunca desocupadas. Pode especificar a cláusula se a desocupação durar mais de um número de dias, a apólice poderá ficar com as suas garantias suspensas até que se verifique a ocupação das mesmas. Pode inclusivamente ser estatuído que por período seguro (um ano) a propriedade só poderá ficar desocupada por dado número de dias seguidos ou interpolados, sob pena de suspensão das garantias.

Poderá também incluir a adenda de que a propriedade nunca ficará desocupada durante o período anual seguro¹⁰¹. Sobre a alteração de outras circunstâncias, o regime aponta para o afastamento da cobertura a não ser que sejam acordadas entre as partes.

Quanto ao incumprimento dos deveres de protecção, cuja cláusula fica salvaguardada na proposta de seguro com a assinatura do Tomador do seguro, segurado, estatuem que este deverá exercer todas as precauções de um homem médio na protecção da propriedade segura. Existe diversos casos julgados que ora pendem para o incumprimento ora para o cumprimento dos deveres.¹⁰²

No respeitante ao risco de responsabilidade geral, exploração de actividade, estão mencionadas no texto das condições gerais e especiais e respeitam nomeadamente

¹⁰⁰ A perda do interesse, ou sem interesse legítimo, na LCS dá origem à anulação do contrato de seguro. Na Parte Geral da LCS: “[...] À questão do interesse no seguro foram dedicados alguns preceitos, reiterando o princípio de que não é válido o seguro sem um interesse legítimo. Como o interesse pode relacionar-se com terceiros, há uma explicitação dessas realidades. No que respeita ao efeito em relação a terceiros, procede-se ao enquadramento do denominado «seguro por conta própria» e do «seguro por conta de outrem», com aproveitamento dos traços inovadores do Código Comercial (por exemplo, o parágrafo 3.o do artigo 428.o, sobre seguro misto por conta própria e por conta de outrem) e prevendo nova regulamentação para os pontos carecidos de previsão. Acrescenta-se ainda na LCS, na Secção I - Interesse e risco - Artigo 43º - Interesse – “1 - O segurado deve ter um interesse digno de protecção legal relativamente ao risco coberto, sob pena de nulidade do contrato.^[1] 2 - No seguro de danos, o interesse respeita à conservação ou à integridade de coisa, direito ou património seguros”. Devemos compaginar com o nº 1 do artigo 110º: “O contrato de seguro caduca na eventualidade de superveniente perda do interesse ou de extinção do risco e sempre que se verifique o pagamento da totalidade do capital seguro para o período de vigência do contrato sem que se encontre prevista a reposição desse capital”.

¹⁰¹ Em Portugal em relação à desocupação de edifícios devolutos, a indicição encontra-se prevista no artigo 63º da Lei 6/2006, de 27 de Fevereiro.

¹⁰² IVAMY, E.R. Hardy, *ibidem*, p. 156-159.

a alterações e adições às instalações seguras, mudança de negócio, actividade, mudança de sistema, mudança de empregados.

A apólice da Lloyds de Responsabilidade Civil Geral estatui: “*The Assured shall immediately give to the Underwriters full particulars in writing of any material increase in the risk, and shall pay such reasonable additional premium, if any, as may be required by the Underwriters*”.¹⁰³

No seguro de responsabilidade civil de empregados, a apólice refere três situações: aumento do número de empregados, contratação de subempreiteiros e mudança de negócio ou de localidade.

Na primeira estatuinto que qualquer aumento de empregados deverá ser notificado o segurador e eventualmente pago um adicional ou sobre prémio; na segunda, deverá ser comunicado ao segurador a contratação; e na terceira, a actividade ficará sem seguro para quaisquer ocorrências.¹⁰⁴

Quanto ao seguro de infidelidade de empregados, o objecto é o capital em dinheiro. Não está coberto contra a apropriação de determinadas moedas ou papel-moeda, mas sim a perda financeira do empregador em determinado evento, provando a desonestidade do colaborador.

Sobre a alteração do risco, não está em causa a protecção do empregador contra a perda derivada da desonestidade do empregado. Existirá cobertura se o empregado estiver colocado num determinado cargo com deveres específicos. Se existir um dano que envolva a utilização de deveres diferentes dos listados inicialmente, o risco não estará coberto. Se as rotinas estiverem identificadas na proposta de seguro, não bastará a indicação informal de que as rotinas foram alteradas pelo empregado. É necessário que fique em acordo escrito que o empregado não poderá alterar as rotinas de trabalho usual.

¹⁰³ IVAMY, E.R. Hardy, *Idem*, p. 261.

¹⁰⁴ IVAMY, E.R. Hardy, *Idem*, p. 286.

Na prática, a apólice prevê a interdição de condutas anormais ou alteradas, relativas aos padrões normais de utilização diária no que respeita ao contrato de trabalho, aos métodos do negócio, à segurança, e à conduta do empregado.

Sobre a primeira, as suas condições de emprego não poderão sofrer alterações. Os seus deveres e responsabilidade não poderão ser alterados posteriormente à assinatura da proposta¹⁰⁵.

Sobre o método do negócio, o empregador deverá continuar a sua actividade tal como descrita na proposta. Se este adoptar um método novo e menos eficiente ou falhar a sua habitual supervisão sobre as contas da empresa, o seguro não terá cobertura.

No que respeita à segurança do negócio, o empregador pode ser proibido de libertar ou variar, sem o consentimento do segurador, quaisquer garantias suportados por ele e que sirvam de suporte financeiro colateral à empresa de seguros.

Quanto à conduta do empregado, se provar que este é desonesto, o empregador não poderá continuar com a relação de trabalho. O empregador deve notificar a seguradora se suspeitar do seu empregado ou se este tiver alguma conduta imprópria.¹⁰⁶

Sobre a alteração de risco no Seguro de Solvência, a apólice contém cláusulas expressas de exclusões de risco em caso de existirem alterações aos direitos e obrigações dos credores sem o consentimento do segurador.

Existem regras muito específicas no caso de obrigações de muito curto prazo para financiar novas operações ou lançamento de novos projectos. Designam-se este tipo de obrigações “debentures”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ IVAMY, E.R. Hardy, *Idem*, p. 309.

¹⁰⁶ IVAMY, E.R. Hardy, *Idem*, p. 310.

¹⁰⁷ “*Debentures have a more specific purpose than bonds. While both can be used to raise capital, debentures are typically issued to raise short-term capital for upcoming expenses or to pay for expansions. Sometimes called revenue bonds because they may be expected to be paid for out of the proceeds of a new business project, debentures are never asset-backed (they are not secured by any collateral) and are only backed by the full faith and credit of the issuer. Like bonds, debentures can be purchased through a broker*”. [Consult. em 03.Mar.2017]. Disponível em: <http://www.investopedia.com/ask/answers/122414/what-difference-between-debenture-and-bond.asp#ixzz4eSpS9Ddb>

Quando existem créditos hipotecários sobre propriedades, o Tomador do seguro, segurado não poderá vender a propriedade por valor inferior ao valor hipotecado sem o consentimento do segurador.

Esta passagem pelo regime da alteração em alguns dos ramos da actividade seguradora, reflecte que o regime não é muito diferenciado do que se verifica na família do direito continental em particular, da família romano-germânica.

A Autoridade de Conduta Financeira¹⁰⁸ é uma entidade inglesa que regula os serviços financeiros de mais de 56.000 empresas no território. No seu site de internet, expressam que o mercado financeiro necessita de ser honesto e efectivo a fim dos clientes terem acordos justos.

O seu objetivo é fazer com que os mercados funcionem bem, para todos os clientes e para a economia como um todo.

É o regulador prudencial de bancos, imobiliárias, cooperativas de crédito, seguradoras e empresas de investimento.

Estabelecidos em 1 de Abril de 2013, assumiram a responsabilidade pela conduta e regulamentação prudencial relevante da Autoridade de Serviços Financeiros inglesa.

O Código de Conduta do regulador da actividade seguradora no Reino Unido¹⁰⁹ refere no artigo 6.3, quanto às declarações pré e pós emissão do contrato de seguro que:

“[...] (1) Before a *pure protection contract* is concluded, a *firm* must communicate, at least, the information in the table below to the customer. (2) The information must be provided in a clear and accurate manner, in writing, and in an official language of the *State of the commitment* or in another

¹⁰⁸ Financial Conduct Authority. [Em Linha]. [Consult. em 16 Março, 2017]. Disponível em www.fca.org.

¹⁰⁹ *Insurance: Conduct of Business. Financial Conduct Authority*. [Em linha]. [Consult. em 26 Março, 2017]. Disponível em <https://www.handbook.fca.org.uk/handbook/ICOBS.pdf>

language if the *policyholder* so requests and the law of the *State of the commitment* so permits or the *policyholder* is free to choose the applicable law. Information to be communicated before conclusion

(1) The name of the *insurance undertaking* and its legal form. (2) The name of the *EEA State* in which the head office and, where appropriate, the agency or branch concluding the contract is situated.

(3) The address of the head office and, where appropriate, of the agency or branch concluding the contract. (3a) A concrete reference to the *firm's SFCR* allowing the *policyholder* easy access to this information. (4)* Definition of each benefit and each option. (5)* Term of the contract. (6)* Means of terminating the contract. (7)* Means of payment of *premiums* and duration of payments. (8)* Information on the *premiums* for each benefit, both main benefits and supplementary benefits, where appropriate. (9)* Arrangements for application of the cancellation period. (10) General information on the tax arrangements applicable to the type of *policy*. (11) The arrangements for handling complaints concerning contracts by *policyholders*, lives assured or *beneficiaries* under contracts including, where appropriate, the existence of a complaints body (usually the *Financial Ombudsman Service*), without prejudice to the right to take legal proceedings. (12) The law applicable to the contract where the parties do not have a free choice or, where the parties are free to choose the law applicable, the law the *firm* proposes to choose.

É referido do Código de Conduta, sobre alterações na execução do contrato o seguinte:

Uma empresa deve manter um cliente informado durante todo o prazo de contrato de seguro de qualquer alteração relativa às condições da apólice, Gerais e especiais, e qualquer alteração nas seguintes informações: (1) o nome da empresa, a sua forma jurídica ou o endereço da sua sede social E, se for caso disso, da agência ou sucursal que concluiu a o contrato; e (2) Todas as informações assinaladas com «*» na tabela antes da sua celebração, em caso de alteração do Condições de apólice ou alteração da lei aplicável ao contrato. [Nota: artigo 185.º, n.ºs 3 e 5, da Directiva Solvência II] Quando uma empresa fornece ao cliente informações de acordo com as N ICOBS 6.3.3 R, deve fornecer de forma clara e precisa, por escrito, numa língua oficial do Estado do compromisso, ou noutro língua se o tomador do seguro assim o solicitar [...].

[Nota: artigo 185.º, n.ºs 3, 5 e 6, da Directiva Solvência II]

O Serviço de Provedoria Financeira¹¹⁰ foi criado pelo Parlamento inglês e é o representante oficial na resolução de problemas financeiros no território.

As reclamações são analisadas e tratadas de acordo com a lei em vigor e se for decidido que o cliente foi tratado incorrectamente, o serviço detém o *ius imperii* para sanar a ilegalidade.

O FOS (*Financial Ombudsman Service*) identificou quatro tipos de omissões da informação na declaração inicial do risco: deliberada, imprudente, inocente e acidental.

Pode-se omitir deliberadamente uma informação sem ser fraudulento. Refere o FOS que para se considerar uma fraude, importa a falta de honestidade e o engano como critérios essenciais para se obter algo a que não se tem direito.

Como exemplo de uma informação falsa, ocultada deliberadamente mas que agente não actua de modo a cometer fraude, sem intenção de se aproveitar disso é a omissão do consumo de álcool e tabaco ou outro tipo de substâncias.

Sobre as omissões deliberadas o serviço de provedoria refere que são aquelas em que o segurador é enganado pelo tomador de forma dolosa para obter uma vantagem. Nestes casos o prémio não se deve devolver ao cliente. Referem como exemplo a omissão de uma patologia conhecida em seguro de saúde, por exemplo a diabetes, que reque uma injeção diária de insulina para o seu tratamento.

O serviço refere as omissões imprudentes são as que incumprem a boa-fé e enganam a C^a, como as que o cliente não lê e não se preocupa se as respostas se justam à realidade. É dado o exemplo de uma assinatura em declarações sobre o estado de saúde em branco.

¹¹⁰ Financial Ombudsman Service. [Em linha]. [Consult. em 26 Março, 2017]. Disponível em <http://www.Financial-ombudsman.org.uk/about/index>.

Sobre a omissão inocente o serviço de provedoria refere a existência de omissão de informação desconsiderando a sua importância. O tomador actua de boa-fé se a omissão de efectiva de forma inocente. A situação ocorre quando a pergunta é pouco clara ou ambígua. Nestes casos, na constatação de sinistro, o segurador deve pagar a indemnização sobre o capital contratado. Como exemplo é referido a doença da hepatite sobre o seguro de saúde ocorrida na adolescência, que nunca mais se voltou a manifestar, e o tomador esqueceu-a por completo.

Sobre a omissão accidental, o agente actua de boa-fé quando não se dá conta da mesma. São os casos mais difíceis de determinar, e convém distinguir o comportamento descuidado do imprudente, apesar de serem ambos negligentes.

O descuido pode ocorrer quando o segurado acidentalmente engana o segurador. Por exemplo através de uma incorrect leitura das perguntas e revisão das respostas. Quando a situação ocorre não existe incumprimento do princípio da boa-fé. Como exemplo é dado o problema auditivo causado por uma infecção e corrigido na actualidade por um aparelho de audição.

É ainda referido no site da organização que a lei nos mercados Espanhol Francês e Reino Unido, LCS, artigo 10, *Code d'Assurances*, L-113-3 e 9 e o Seguro do Consumidor (Divulgação e Representações) Act 2012, Anexo 1, secção 4 (3) Parte 1, indica a obrigação do requerente declarar o risco de factos relevantes e fornecer informações precisas e completas.

A resolução do incidente, em qualquer das situações acima, pela companhia de seguros, pode ser:

1. A rejeição do pedido de indemnização que, apesar de declarado a circunstância de forma adequada, não tinha sido aceite, e pode levar à devolução dos prémios pagos.
2. Rejeição do incidente, acrescida da política de cancelamento.

3. O pagamento da indemnização ajustada proporcionalmente à taxa de tarifa que teria recebido se tivesse fornecido todas as informações disponíveis.
4. O pagamento da indemnização, se a omissão de informações não afectar a garantia.

Apesar desta distinção clara de situações diferentes que ocorrem quando o tomador declara o sinistro, o tribunal é competente para aferir a consideração dos casos de negligência grave ou dolo do tomador.

O site do FOS apresenta ainda, sobre a exposição destes casos de omissão nas declarações iniciais do contrato, um gráfico com opções e resultados para cada um dos casos analisados.

3.7. Alguma Jurisprudência

1. Acórdão do STJ Supremo Tribunal de Justiça - N° 2199/10.9TVLSB.L1.S1

Data: 12 de Fevereiro de 2013
Relator: Granja da Fonseca
Descritores: Seguro de Vida, Declaração inexacta, Omissão, Segurado, Boa-Fé, Negligência, Nulidade do Contrato, Anulabilidade, Abuso do Direito.

Descrição sumária dos factos:

O segurado subscreveu um seguro de vida e omitiu e não declarou o seu estado de saúde tendo posteriormente falecido. A Cª não liquidou a contraprestação e provou-se em tribunal que as declarações do segurado foram omitidas no seu estado de saúde, nomeadamente sendo portador de uma doença do foro oncológico.

Conclusão: O segurador foi absolvido no pagamento da prestação do capital de vida, uma vez que o segurado prestou declarações omitindo o seu estado de saúde, e prestado falsas declarações.

2. Acórdão do TRG Tribunal da Relação de Guimarães - N° 931/13.8TBVCT.G1

Data: 15 de Janeiro de 2015
Relator: Manuel Bargado
Descritores: Seguro de Vida, Declaração, Falsas Declarações, Anulabilidade, Contrato.

Descrição sumária dos factos:

Ao prestar declarações na proposta de contrato de seguro de vida junto de banco declarou que estava de saúde quando na verdade padecia de diversos sintomas graves nomeadamente colesterol elevado. Vindo a falecer mais tarde e comprovadas as falsas declarações iniciais do risco, o tribunal revogou a sentença recorrida e absolveu a Cª do pagamento da prestação por morte do segurado

Conclusão: O tribunal considerou as falsas declarações na declaração inicial do risco do segurado e absolveu o segurador do pagamento da prestação por morte.

3. Acórdão do TRL Tribunal da Relação de Lisboa - N° 738/13.2TVLSB.L1-8

Data: 26 de Fevereiro de 2015
Relator: Sacarrão Martins
Descritores: Contrato de Seguro, Cláusulas Contratuais Gerais, Dever de Esclarecimento,

Descrição sumária dos factos:

A Cliente contratou aos balcões de um banco um seguro de multirriscos com uma clausula de credor hipotecário a favor dessa mesma instituição. Tendo existido um assalto (furto) provocaram danos e impediram-na de usufruir do bem. O segurador informou que a cobertura de assalto na estaria coberto. Todavia e atendendo aos deveres de informação pré-contratuais e não tendo sido a cliente devidamente elucidada sobre as coberturas por parte do segurador foi este condenado ao pagamento

Conclusão: Tendo sido incumpridos os deveres de informação por parte do segurador e na constatação de sinistro, foi o mesmo considerado a coberto das condições contratuais (com apólice recebida pela cliente e mencionando as coberturas), tendo a prestação sido liquidada a esta pela Cª.

4. Acórdão do STJ Supremo Tribunal de Justiça - N° 294/2002.E1.S1

Data: 14 de Abril de 2015
Relator: Maria Clara Sottomayor
Descritores: Seguro de Grupo contributivo, Cláusulas Contratuais Gerais, Dever de Informação, Tomador do Seguro

Descrição sumária dos factos:

A pessoa segura faleceu na sequência de um acidente no trabalho. Inicialmente informou que a sua profissão era operador de máquinas de jardinagem e faleceu na qualidade de profissional de desmontagem de estruturas. O segurador declinou o pagamento por falta de informação da alteração de profissão por parte do segurado. Como não se provou que o segurado tomou conhecimento das cláusulas de informação por parte da Cª e do tomador, nomeadamente a informação de alterações na sua profissão, aquela foi condenada ao pagamento da prestação do capital de morte ao credor hipotecário.

Conclusão: O segurador e o tomador do seguro incumprindo os deveres de informação, consideram-se excluídas as cláusulas contratuais do seguro que estatuem o dever de informação da mudança de profissão do segurado.

5. Acórdão do TRC Tribunal da Relação de Coimbra - N° 137/11.0TBALD.C1

Data: 16 de Junho de 2015
Relator: Arlindo Oliveira
Descritores: Dever de Indemnizar, Cláusula, Alteração, Tomador, Seguradora, Incumprimento, Eficácia, Inoponibilidade.

Descrição sumária dos factos:

No contrato de seguro de grupo, do ramo vida, existem dois contratos. Um entre o segurador e o tomador do seguro. Outro entre o segurador e o segurado. Nos seguros de grupo contributivos, a lei, em disposição supletiva, onera o tomador do seguro, com o dever de informar os segurados sobre as coberturas contratadas e as suas exclusões, as obrigações e os direitos em caso de sinistro, bem como sobre as alterações ao contrato, em conformidade com um espécimen elaborado pelo segurador, podendo, contudo, o contrato de seguro prever que este dever seja assumido pelo segurador. No caso, não foi convencionado que o dever de comunicar as alterações contratuais competia à Ré seguradora, pelo que esse dever recaía sobre a tomadora, nos termos do art.º 78º, n.º 2, da L.C.S. Existindo um dano de morte e

não tendo sido comunicado ao segurado a alteração feita pelo segurador, seja pela C^a seja pelo tomador, a prestação correspondente ao capital contratado terá de ser satisfeita.

Conclusão: Foi o segurador que cumpriu a prestação, mas na sua falta seria o tomador, através da sua responsabilidade civil profissional incumprida – dever de informação de alteração contratual no vencimento.

6. Acórdão do TRL Tribunal da Relação de Lisboa - Nº 2218-14.0TCLRS.L1-8

Data: 19 de Janeiro de 2017
Relator: Ilídio Sacarrão Martins
Descritores: Contrato de Seguro, Declaração inexacta, Boa-Fé

Descrição sumária dos factos:

A cliente contratou um seguro de vida com uma clausula de credor hipotecário a favor de um banco. Tendo prestado declarações falsas e omitido o seu estado de saúde, o tribunal absolveu a C^a de pagar a prestador correspondente ao capital por morte.

Conclusão: Foram incumpridos os deveres de informação por parte do segurador e na constatação de sinistro, foi o mesmo considerado a coberto das condições contratuais (com apólice recebida pela cliente e mencionando as coberturas), tendo a prestação sido liquidada a esta pela C^a.

CONCLUSÃO

Na alteração do contrato de seguro verificámos que o dever das partes nas declarações e informações iniciais persistem durante a execução do mesmo no tempo, na medida em que a aleatoriedade que caracteriza os eventos a coberto da transferência dos riscos, estão alicerçados no manto dos princípios e subprincípios da boa-fé, nomeadamente o da primazia da materialidade subjacente e o da tutela da confiança.

Princípio da boa-fé que no contrato de seguro assume a sua condição mais forte – *uberrima bona fides* -, analisado no capítulo I, e que está ligado ao justo equilíbrio que existe na posição e nas informações prestadas pelas partes.

Numa análise transparente, as prestações e contraprestações do tomador e da C^a no que respeita ao conhecimento dos riscos, nas fases inicial e de execução permitem concluir que o equilíbrio existe, pois que as partes agem dentro do espírito destes contratos, que têm uma função social elevada na estabilização e segurança dos indivíduos, famílias e empresas, e em último estalão da comunidade global.

Noutra perspectiva, o segurador repousa o seu conhecimento na estatística e na análise de múltiplos casos concretos havidos no passado, no presente e na previsão futura, consubstanciados ainda pela vasta experiência dos mercados resseguradores a nível mundial no que concerne a transferências dos mesmos riscos em outras comunidades, através dos tratados internacionais de resseguros.

Todo este conhecimento permite ao segurador deter a confiança de que o risco estará garantido desde que o tomador do seguro preste todas as informações necessárias e verdadeiras enunciando as suas necessidades explícitas, que serão satisfeitas com a apresentação dos benefícios conferidos pela companhia de seguros.

Ocorre que a imperfeição das declarações das partes, quer através dos métodos utilizados pela C^a e pelas redes de comercialização cada vez mais complexas, quer pela

falta de formação adequada, redundam em desencontros e quebras de confiança que afectam o normal desempenho do mercado.

Sendo preocupante o exposto uma vez que se prevê pelos estudiosos e especialistas profissionais de seguradores o aumento exponencial de litígios judiciais decorrentes de erros e omissões, declarações inexactas, desconhecimento dos deveres do tomador, do segurador, etc.

Fomos percebendo ao longo do trabalho que as declarações iniciais e continuadas são em grande parte a razão destes litígios, porque não são cumpridas as regras de explicação dos contratos, em particular dos mais complexos, na transferência dos riscos, na detecção das necessidades dos consumidores e na apresentação dos benefícios que o contrato satisfaz.

Caminhamos a um ritmo veloz para o futuro, que não compagina com a segurança e o conhecimento que o contrato de seguro deve atender, pela importância e complexidade que apresenta no contexto diário.

Os consumidores utilizam o princípio da tutela da confiança e só no caso de verificação do sinistro, do eventual acionando da garantia segura é que vão questionar e entender o funcionamento do plano que subscreveram.

No capítulo II abordámos as questões que respeitam aos ónus e aos deveres das partes, e em particular o que o regime jurídico estatui com acuidade, para entrarmos no tema principal do trabalho, no capítulo III, a alteração no contrato do seguro.

A estreita ligação que existe na alteração contratual às declarações iniciais e aos riscos transferidos é por demais evidente.

No entanto, o consumidor por desconhecimento corre riscos desnecessários na execução contratual com a expectativa de que está a cumprir o regime em vigor.

Abordámos algumas dessas práticas a evitar a todo o custo, e reflectimos sobre os procedimentos dos seguradores nomeadamente nas propostas na renovação, quando o

contrato inicia o período anual seguinte, aumentando ou alterando o contrato sem terem o devido consenso do cliente.

A pressão dos operadores na obtenção de prémios a todo o custo, com “guerras de preços” abaixo do resultado técnico saudável, nomeadamente nos ramos automóvel e acidentes de trabalho (ambos seguros obrigatórios), leva a enormes desajustes e perda de confiança do mercado em geral.

No trabalho temos desenvolvido as questões jurídicas inerentes ao tema mas a verdade é que todo o enquadramento do problema também é seduzido pela necessidade dos operadores serem bem sucedidos, com produções de prémios de seguros que têm de justificar uma agressividade que releva o caminho do direito e do estatuído em direcção ao objectivo do lucro e da prestação de rendimento aos accionistas da empresa de seguros nacionais e internacionais.

O universo da área financeira dos seguros é apetecível pelos investidores internacionais, e Portugal bem o demonstra, pois são cada vez menos as organizações de capitais portuguesas a operar com sucesso no mercado.

Muitas das dificuldades que decorrem da interpretação e aplicação dos contratos de seguros no que respeita a declarações e alterações na LCS repousa no que atrás afirmámos e na preterição de uma rede de operadores profissionais e devidamente preparados e licenciados.

A APS Associação Portuguesa de Seguradores, que representa as companhias de seguros no país, emite mensalmente milhares de licenças de formação com apenas uma semana de estudo em horário pós laboral.

Uma actividade tão técnica com a dos seguros não se revê nesta realidade, mas que é compreensível no contexto da sociedade veloz e dirigida para o lucro rápido.

Abordámos a temática dos questionários pergunta e resposta, e a convicção dos clientes em geral é a de que respondem aos mesmos e cumprem as suas obrigações enquanto candidatos a tomadores dos seguros.

Verificámos que tal não é assim, pois que o regime jurídico é claro nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º quando estatui respectivamente, “[...]circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação...” e “[...] o disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário...”.

Este regime é tanto mais importante, na medida em que acompanha a vigência contratual, pois o n.º 1 do artigo 91 – dever de informação, remete-nos para o artigo mencionado no ponto anterior.

O cliente tem a expectativa de que ocorrendo o evento aleatório estará coberto dessas situações que podem desequilibrar a vida financeira individual do casal ou da empresa.

Neste sentido, o exposto atrás também pode representar a ideia de que as C^{as}. estão focalizadas mais na contratação de produtos e na obtenção de prémios do que nas contrapartidas das prestações em face dos eventos aleatórios seguros.

Podendo inclusive aguardarem as alturas dos sinistros para impugnarem ou incumprirem as suas obrigações.

Destarte a LCS garante através de enunciação exemplificativa estatui um rol de circunstâncias que protege o cliente consumidor contra eventuais mal práticas, no n.º 3 do artigo 24.º. E reafirma o dever de esclarecimento da C^a no n.º 4 do mesmo artigo.

O mercado em geral e o consumidor em especial desconhece a importância deste regime, e o estreito caminho que é possível percorrer com o mesmo para que as garantias contratuais se mantenham válidas.

Abordámos a alteração no contrato de seguro na família do direito anglo-saxónico e em comparação com o regime do direito continental a que pertencemos existem poucas (ou muito poucas) variações.

Aquela família assenta no *case law*, que é diferente da família romano-germânica, mas no que respeita às declarações iniciais são aplicados os mesmos princípios nomeadamente o da máxima boa-fé.

A sua organização institucional da actividade está regulada de forma mais separada entre organismos, o que poderá eventualmente conferir um grau elevado de isenção e de transparência, como a abordagem da *Financial Conduct Authority* e o *Financial Ombudsman Service*.

Não obstante, a entidade reguladora portuguesa tem evoluído no sentido de uma maior e melhor supervisão prudencial, estreitando mais serviços com a outra entidade reguladora financeira – a CMVM.

O EIOPA European Insurance and Occupational Pensions Authority é o organismo europeu prudencial dos seguros. É a entidade que supervisiona às entidades reguladoras dos países membros da U E União Europeia tendo como Presidente e Director Executivo desde 2011, os ilustres e reputados especialistas em seguros, respectivamente Dr. Gabriel Bernardino, e Dr. Fausto Parente.

O EIOPA como responsável regulador europeu dos seguros lançou recentemente as regras de gestão seguradora e prudencial da Solvência II, cujo objectivo é conferir um maior grau de segurança e de tutela de confiança em todas as instituições reguladoras dos países membros da União Europeia.

Encerramos o nosso estudo com a apresentação de alguns acórdãos relativos à alteração no contrato de seguro, com litígios decorrentes de declarações em que na sua maioria os seguradores recorrem das sentenças e perdem os casos, considerando que uma das razões para o decaimento é a falta de formação, de rigor e nível de preparação dos operadores técnico-comerciais das C^as e das redes agenciarias, cujo licenciamento é obtido através de formações aceleradas e que não abrangem os ensinamentos necessários à prática da profissão.

Dito tudo isto, o nosso entendimento é o de que estamos, no regime das Declarações Iniciais e no da Alteração no Contrato de Seguro perante um efectivo dever

de natureza jurídica na LCS, e não de um ónus, (embora o regime geral aponte para um aparente afastamento), acompanha a boa-fé e os deveres acessórios de lealdade (ou de negociação honesta)¹¹¹.

O Contrato de seguro sempre deu relevo às declarações iniciais¹¹² que se fossem incumpridas com má-fé pelo tomador implicava que o contrato fosse inválido e que o prémio do seguro se perdesse a favor da C^a.. E sendo assim diremos que o regime geral da culpa *in contrahendo*, teorizada primeiramente por Jhering em 1861 que acompanha a teoria do dever da declaração na formação do contrato.

Concluímos aproveitando o referido acerca do nº 3 do artigo 24º, bem como toda a exposição neste trabalho assente no princípio da máxima boa-fé, que está estreitamente ligado ao instituto do abuso do direito (instituto que estudámos na parte lectiva do presente mestrado), no qual é manifesto que a empresa de seguros não poderá impugnar o acordo por incumprimento dos deveres da declaração inicial do risco e do dever da alteração no contrato de seguro, a não ser que tenha actuado com manifesto dolo.

¹¹¹ Acompanhando POÇAS, Luís – O Dever da Declaração Inicial do Risco no Contrato de Seguro. Coimbra: Almedina, 2013. (Teses de Doutoramento). ISBN 978-972-40-5226-7. P. 671 e 817.

¹¹² POÇAS, Luis, *ibidem*, p. 899.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, *Do abuso de direito*, Almedina, Coimbra, 1999.

ALBUQUERQUE, Pedro - *Direito das Obrigações - Contratos em Especial - Volume I, Tomo*. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN: 9789724037196

_____ Responsabilidade Processual por Litigância de Má-Fé, Abuso de Direito e Responsabilidade Civil em virtude de Actos Praticados no Processo. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN: 9789724027425.

ALMEIDA, Roberto Fernandes - *A cláusula Pacta Sunt Servanda e a Teoria da Imprevisão*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

ALMEIDA, Moitinho de – *O Contrato de Seguro - Parte I*. Lisboa: Grémio dos Seguros, 1970.

_____ - *Contrato de Seguro, Estudos*. Coimbra: Coimbra, 2009.

ALVES, Francisco Luís F. Ribeiro – *Direito dos seguros. Cessação do contrato. Práticas comerciais*. 2ª ed. Rev. Act. e Ampl.. Coimbra: Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-6048-4

ALVES, Paula Ribeiro - *Contrato de seguro à distância, o contrato electrónico*, Coimbra: Almedina, 2009.

ALPA, Guido - *Le stagioni del Contrato*. Bologna, Italia: Il Mulino, 2012. ISBN-13: 978-8815238870

AMARAL, Diogo Freitas de - *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. Coimbra: Almedina, 2004.

AMARAL, José Vítor dos Santos – *Contrato de Seguro e Boa Fé*. Coimbra: UC, 2010. Dissertação de Mestrado na Área de Especialização de Direito Civil.

ARAÚJO, Fernando - *Teoria económica do contrato*. Coimbra: Almedina, 2007.

ASCENSÃO, J. Oliveira - A Dignidade da Pessoa e o Fundamento dos Direitos Humanos. *In Revista da Ordem dos Advogados*. Ano 68, Lisboa: ROA, 2008.

_____ - Alteração das circunstâncias e justiça contratual no novo código civil. *Estudos Jurídicos em Memória do Prof. Doutor José Dias Marques*.

_____ - Onerosidade excessiva por “alteração das circunstâncias. *Revista OA*, Ano 65 (2005), III.

ATHAYDE, Augusto, et al - *Curso de Direito Bancário*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991. Vol. I.

BERG, Bruce L. - *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. 5.^a ed, Boston: Pearson, 2004. ISBN 0-205-37905-2. P.196 e ss e [Em linha]. [Consult. em 13 Fevereiro 2017]. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/jaro2013/MVZ453/um/BergQualitative_research_methods.pdf

CAMPOS, Diogo Leite - Boa Fé e Segurança Jurídica em Direito Tributário. *In Revistada Ordem dos Advogados*. Ano 68, Lisboa: ROA, 2008.

_____ - *Nós, Estudos sobre o Direito das Pessoas*. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-2155-6

CORDEIRO, António Menezes - *Da Boa-Fé no Direito Civil*. 4^a reimp. Coimbra: Almedina, 2011. Colecção Teses.

_____ - *Litigância de Má Fé, Abuso do Direito de Acção e Culpa "In Agendo"*. 3ª Ed.. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 9789724054377

_____ - *Direito dos Seguros*. Coimbra: Almedina, 2013. ISBN 9789724050409

_____ - *Manual de Direito Comercial*. 2.ª ed.. Coimbra: Almedina, 2007.

_____ - *Tratado de direito civil português*, tomo IV, Almedina, Coimbra, 2007.

_____ - *Do Abuso do Direito: Estado das questões e perspectivas*. Lisboa: ROA, 2005. In ROA, ano 65, 2005, pp. 327- 385

_____ - *Direito das Obrigações*. 9.ª ed. rev. e aum. Coimbra: Almedina, 2003.

COSTA, Mário Júlio de Almeida - *Direito das Obrigações*. 9.ª ed. rev. e aum. Coimbra: Almedina, 2003.

CRUZ, Sebastião – *Direito Romano*. Coimbra: Gráfica Coimbra, 1973. 3ª Edição, 1980.

CUNHA, P. Ferreira - *Do direito natural positivo*, in: *Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2002,

DI BARTOLOMEO, Maria – *La violenza morale nei contratti*. Napoli: ESI (Edizioni scientifiche italiani), 1996. ISBN 8881143348.

DONARIO, Arlindo Alegre – *Probabilidade Umbral*. Lisboa: UAL, Departamento de Economia, 2010. Conferência de Economia a pedido do Tribunal de Contas, em Oeiras, INA – Instituto Nacional de Administração.

DWORKIN, Ronald - *Taking Rights Seriously*. Londres: Duckworth, 2009 [1977]. ISBN 9780674867116

E ROQUETE, J-I. e FONSECA, José da – *Diccionário dos Synonymos – Poético e de Ephithetos da Língua Portuguesa*. Paris: Guillard, Aillaud e C^a., 1885. Livreiros de sua Magestades o Imperador do Brazil e El-Rei de Portugal.

FERNANDES, Luis A. Carvalho – *Teoria Geral do Direito Civil*. Volume II. Lisboa: FDL, 1983.

FERREIRA, António Pedro - *O Governo das Sociedades e a Supervisão Bancária – Interacções e Complementaridades*. Lisboa: Quid Juris?, 2009.

_____ - *Direito Bancário*. Lisboa: Quid Juris?, 2009. 2^a ed.

_____ - *A Relação Negocial Bancária – Conceito e Estrutura*, Lisboa: Quid Juris?, 2005.

Financial Conduct Authority. [Em Linha]. [Consult. em 16 Março, 2017]. Disponível em www.fca.org.

FREITAS, José Lebre de – *Contrato de Swap meramente especulativo – regimes de validade e de alteração de circunstâncias*. Artigo sobre estudos em memória dos Professores Doutores Palma Carlos e Castro Mendes. 2010.

FRADA, Manuel Carneiro da – *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*. Coimbra: Almedina, 2003.

_____ – *Crise mundial e alteração das circunstâncias*. Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia. Porto, Mai.2009

GOMES, Manuel Januário da Costa - *Assunção fidejussória de dívida – Sobre o sentido e o âmbito da vinculação como fiador*. Coimbra: Almedina, 2000.

_____ - *Estudos de Direito das Garantias* (vol. I). Coimbra: Almedina, 2004.

_____ - *O (in)sustentável peso do aval em livrança em branco prestado por sócio de sociedade para garantia de crédito bancário revolving*. Revista *Cadernos Direito Privado*. Nº 43. Julho/Setembro 2013.

_____ - *Contratos Comerciais*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN: 9789724050089

_____ - *Em Tema de Contrato - Promessa*. Coimbra: Almedina, 2005. ISBN: 9780000015778

HORSTER, Heinrich Edwald- *A Parte Geral do Código Civil Português, Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra, Almedina, 2003. 2.^a reimp. ed. 1992

IVAMY, E.R. Hardy – *Personal Accident Life and Other Insurances*. 2^a Ed. Londres: Buterworths, 1980. Butterworths Insurance Library. ISBN 0406 25291 2.

JÚNIOR, E. Santos – *Da Responsabilidade Civil de Terceiro por lesão do Direito de Crédito*. Coimbra: Almedina, 2003. Colecção Teses.

JUSTO, António dos Santos. *Nótulas de História do Pensamento Jurídico (História do Direito)*. Coimbra: Coimbra, 2005.

KANT, Immanuel - *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2014. ISBN: 9789724415376.

LARENZ, Karl - *Derecho de Obligaciones*. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1958.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – *Direito das Obrigações. Vol. I. Introdução. Da Constituição das Obrigações*. 8^a ed. Coimbra: Almedina, 2009. (Manuais Universitários). ISBN 978-972-40-3858-2.

_____ - *Garantias das obrigações*. Coimbra: Almedina, 2008.

_____ - *Direito das Obrigações (Contratos em especial, Vol. III.)*. 5^a ed.. Almedina, Coimbra, 2008.

_____ - *Direito das obrigações*. 7.^a ed.. Coimbra: Almedina, 2008.

LE GOFF, Jacques – *A Bolsa e a Vida, A Usura na Idade Média*. São Paulo, Brasil: Brasiliense, 2004. Trad. Rogério Silveira Muio. 2.^a Ed. 3.^a Reimp. ISBN 85-11-13089-6.

MACHADO, J. Baptista - *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. Almedina: Coimbra, 1987.

_____ - *Tutela da Confiança e “venire contra factum proprium”*, *Obra Dispersa*. Braga: Scientia Iuridica, 1991. Vol. I, 1991, pp. 345-423.

MARTINEZ, Pedro Romano - *Direito dos Seguros*. Cascais: Principia, 2006.

_____ , et al - *Lei do Contrato de Seguro. Anotada*. Coimbra: Almedina, 2011.

MARTINS, Andreia Marques - *Do crédito à habitação em Portugal e a crise financeira e económica mundial*. Lisboa: RDS, 2010. In RDS, ano II, n.º 3-4, 2010, pp. 719-794.

MARTORELLI, Juan Terraza - *Modificación y resolución de los Contratos por excesiva onerosidad o imposibilidad en su ejecución*, 1951.

MONTEIRO, António Pinto - *Rebus Sic Stantibus - Hardship Clauses in Portuguese Law*. Revista “*European Review of Private law*”, 1998.

_____ - *A “Hardship Clause” e o problema da alteração de circunstâncias*, *Breve Apontamento*. Coimbra: FDC, 1998.

_____ - *Sobre o Direito do Consumidor em Portugal*. Estudos de Direito do Consumidor, n.º 4. Coimbra: Centro de Direito do Consumo. 2002.

PIMENTA, Eduardo Goulart - *Direito Societário e contratos relacionais: a eficiência económica e o papel do Código Civil no preenchimento das lacunas contratuais das*

Sociedades Limitadas. *Berkeley Program in Law & Economics. Latin American and Caribbean Law and Economics Association – ALACDE. Annual Papers.* [Em linha]. EUA: ALACDE, 2007. Paper 043007-1.

PINTO, Carlos Alberto da Mota - *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992

PIRES, Catarina Monteiro – *Efeitos das alterações de circunstâncias*. Ver. O Direito nº 145 (2013) I-II, p. 181-206.

PIRES, José Maria - *Direito Bancário, As operações bancárias*. Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1995. Vol. II, Lisboa,

PIRES, José Maria - *Direito Bancário, Colectânea de Legislação Bancária*. Lisboa: Editora Rei dos livros, 1997. Vol. III,

PROENÇA, José Carlos Brandão - *Lições de cumprimento e não cumprimento das Obrigações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

RAWLS, John - *Uma Teoria da Justiça*. 2.º ed.. Lisboa: Presença, 2001.

REGO, Margarida Lima – *O risco e as suas vicissitudes*, in REGO, Margarida Lima et al – *Temas de Direito dos Seguros – A propósito da nova lei do contrato de seguro*. Ed. ou Reimp. 2013. Coimbra: Almedina, 2013.

ROPPO, Enzo - *O Contrato*. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988.

SILVA, José Calvão da - *Banca, Bolsa e seguros, Direito Europeu e Português*. Coimbra: Almedina, 2011. Tomo I, 3ª ed.

SÁ, Fernando Augusto Cunha de - *Abuso do Direito*. Lisboa, 1973.

_____ - *Meios de Extinção das Obrigações*. Coimbra, Almedina, 2002. *In* Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles, vol. III, Revista Direito Privado. P. 171-162

SOUSA RIBEIRO, Joaquim de - *Cláusulas Contratuais Gerais e o paradigma do contrato*. Coimbra: Coimbra, 1990.

TELLES, Inocêncio Galvão - *Direito das Obrigações*, 7^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1997.

TORRINHA, Francisco - *Dicionário de Língua Portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Borreira, 1959.

VASQUES, José – *Contrato de Seguro. Notas para uma Teoria Geral*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999. ISBN 972-32-0860-1.

VARELA, J. M. Antunes – *Direito das Obrigações. Vol. II*. Rio de Janeiro, Brasil: C^a Editora Forense, 1978. 1^a ed.

_____ - *Das Obrigações em Geral*. Vol. I, 10.^a ed. Coimbra: Almedina, 2006.

VIEIRA, José Alberto – *Direitos Reais*. Coimbra: Coimbra, 2008. ISBN 9789723215786.

_____ - O dever de informação do tomador de seguro em contrato de seguro automóvel, *in* Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Marques dos Santos. Coimbra: Almedina, 2003.